



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**  
**CORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA**  
**ESCOLA CLASSE 01 DO GAMA**  
**3901-3350**

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

**GAMA**  
**JUNHO - 2023**

## Sumário

<b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>2. HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR .....</b>	<b>9</b>
2.1 Histórico da Escola.....	9
2.1 Espaço Físico.....	11
2.1.1 Ambientes Pedagógicos .....	11
2.1.2 Ambientes Administrativos .....	12
<b>3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA UNIDADE ESCOLAR.....</b>	<b>12</b>
<b>4. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA .....</b>	<b>13</b>
<b>5. MISSÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>6. PRINCÍPIOS.....</b>	<b>14</b>
<b>7. OBJETIVOS .....</b>	<b>17</b>
7.1 Objetivo Geral .....	17
7.2 Objetivos Específicos.....	17
<b>8. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....</b>	<b>18</b>
8.1 Pedagogia Histórico-Crítica .....	18
8.2 Psicologia Histórico-cultural .....	19
<b>9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR .....</b>	<b>20</b>
9.1 Projeto Educação em Movimento – PECM.....	21
Objetivo Geral .....	21
Objetivos Específicos.....	21
9.2 Temas transversais .....	22
9.2.1 Educação para a diversidade .....	22
9.2.2 Cidadania e educação em e para os direitos humanos .....	24
9.3 Projeto SuperAção .....	25
<b>10. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.....</b>	<b>26</b>
10.1 Corpo Docente.....	28

10.2	Atuação do Serviço de Orientação Educacional.....	28
10.3	Atuação dos Monitores.....	29
10.4	Papel do Coordenador Pedagógico na unidade escolar.....	30
10.5	Recomposição das aprendizagens.....	32
10.5.1	Recursos Humanos.....	33
10.6	Organização semanal das coordenações pedagógicas.....	34
10.7	Organização da rotina pedagógica:.....	34
10.8	Deveres e direitos de professores e alunos.....	35
10.9	Planejamento anual.....	48
11.	ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO.....	49
11.1	Avaliação de Aprendizagem.....	50
11.2	Avaliação Institucional.....	52
11.3	Avaliação em Larga Escala.....	52
12.	PLANO DE AÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	52
12.1	Plano de Ação Gestão Escolar.....	52
	APRESENTAÇÃO.....	53
12.2	Gestão Democrática.....	62
12.3	Aspectos Financeiros.....	62
13.	PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS.....	63
13.1	Plano de ação da Coordenação Pedagógica.....	63
13.2	Plano de Ação EEAA (Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem).....	65
	Matrícula: 448265.....	65
13.3	Plano de ação dos Servidores Readaptados.....	78
13.3	Plano de ação da sala de leitura.....	78
14.	CONSELHO ESCOLAR.....	79
15.	PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR.....	80
16	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.....	88
17	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	89

## 1. APRESENTAÇÃO

Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que dá forma e vida ao Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Por ter tantas informações relevantes, o PPP se configura numa ferramenta de planejamento e avaliação que todos os membros das equipes gestora e pedagógica devem consultar a cada tomada de decisão. Portanto, nosso projeto não pode estar engavetado, desatualizado ou inacabado, é necessário, sempre mobilizar esforços para resgatá-lo e repensá-lo.

Por isso o PPP da Escola Classe 01 do Gama em sua elaboração teve como suporte teórico os documentos publicados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e pelo Ministério da Educação (MEC), que estão em vigência, bem como as publicações de importantes autores da área educacional. Entre essas fontes, destacamos: o *Currículo em Movimento da educação básica: anos iniciais* (2018), as *Diretrizes de avaliação educacional* (2014-2016), as *Diretrizes Pedagógicas para organização do 2º Ciclo para as aprendizagens BIA e 2º Ciclo* (2014), a *Orientação Pedagógica: projeto político-pedagógico e coordenação pedagógica nas escolas* (2014).

Para que pudéssemos elaborar um PPP da escola junto ao anseio de toda comunidade escolar foram realizadas reuniões e questionários com todos segmentos da escola.

Fazem parte deste PPP, os fundamentos norteadores, a historicidade da Escola Classe 01 do Gama, o diagnóstico da realidade, a função social e os princípios orientadores das práticas pedagógicas, bem como, os objetivos gerais e específicos deste PPP, a organização curricular, as concepções teóricas da organização do trabalho pedagógico, das práticas e estratégias de avaliação. Em tempo são apresentados os projetos pedagógicos e Planos de ação das equipes de apoio à aprendizagem.

Segundo Moretto, o Projeto Político-Pedagógico é um conjunto de princípios que vão orientar o planejamento pedagógico. Este busca um rumo, uma direção. É

uma ação intencional, com sentido explícito, com compromisso definido coletivamente (Passos, 2000). O Plano de Desenvolvimento da Escola é um compromisso do Projeto Político-Pedagógico estabelece as orientações relativas ao processo ensino - aprendizagem, com o intuito de conferir maior eficácia à atividade fim da escola. O Projeto Pedagógico é construído, pois, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino buscando a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade, garantindo a oportunidade efetiva dos alunos e a inclusão efetiva de todos os alunos.

O PPP procura responder às necessidades básicas de aprendizagem dos alunos e às expectativas de sua família. Segundo Gadotti (1998) ela deve combinar as diretrizes nacionais sobre conteúdos básicos e carga horária, as orientações curriculares e metodológicas da Secretaria de Educação e os objetivos da escola, que devem ser definidos em função das características e necessidades do seu aluno. Ele deve apoiar-se no desenvolvimento de uma consciência crítica e cidadã, no envolvimento da comunidade interna e externa à escola, na participação e na cooperação das várias esferas do governo e na autonomia, responsabilidade e criatividade como processo e como produto da proposta.

Libâneo (1998), afirma que um Projeto Político-Pedagógico pode ser entendida como uma resposta organizacional a determinados desafios que exijam esforços de várias de suas unidades funcionais. Ela possui horizontes temporais e objetivos definidos e perpassa toda a organização, adotando uma visão horizontal do processo de trabalho. Portanto, o projeto congrega esforços suprafuncionais da organização.

Para que a construção da proposta pedagógica seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente.

O Projeto Político-Pedagógico de qualquer comunidade de aprendizagem constrói - se, a partir da práxis social e coletiva, em uma direção política, e um rumo. Dessa forma, o Projeto Político-Pedagógico é também, política, permanente em construção, sendo avaliado e reformulado, constantemente, em busca da excelência

dos resultados. É nessa dimensão que são expressas a cidadania, a libertação do homem e, portanto, o exercício da democracia conforme nos fala Marques:

“A participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação. (1991,p.21)”

O Projeto Político-Pedagógico, segundo Valerien (1995) é bem mais que o plano diretor da comunidade de aprendizagem com sua história, seu currículo, seus métodos, seus atores internos e externos. Ele, na qualidade de instituinte desse plano, vai além, estabelecendo vínculos e transições prevendo estratégias para a obtenção de recursos e desenvolvimento do capital intelectual da organização, criando condições para que essa organização institucionalize-se incorporando e implementando valores.

Na dimensão cultural, o Projeto Político-Pedagógico é própria de cada comunidade educacional, sendo, portanto de responsabilidade de todos os atores que atuam na sua criação, de forma diferente, em distintos graus de influência e responsabilidade. Esta dimensão é fundamental para a construção desse projeto. Conforme Handy (1878), é na cultura que se salienta a diversidade de valores, das normas e das crenças, refletidas nos diferentes comportamentos dentro das organizações, o que significa que elas são formadas de distintas culturas. Essas, por sua vez, são fonte de referências e de identidade dos atores envolvidos no processo das comunidades de aprendizagem.

Em sua origem, segundo a orientação Pedagógica da SEEDF, o Projeto Político-Pedagógico é influenciado e contempla diferentes abordagens:

- ✓ As que emanam do sistema educacional e das organizações setoriais, que têm como referência as políticas, os instrumentos legais, os atos administrativos, as diretrizes e normas;
- ✓ As que centram suas preocupações no desempenho do processo ensino-aprendizagem e, especialmente, na análise dos fatores que explicam a eficácia, a eficiência e a efetividade desse processo;

- ✓ As que se voltam para o fator humano nas organizações, como determinante do empenho e da produtividade;
- ✓ As que consideram a dimensão formal da organização, estabelecendo os papéis, a hierarquia, o poder, as relações de trabalho, a racionalidade no trabalho;
- ✓ A que aborda o estudo das organizações em relação ao contexto social, econômico e cultural ao qual pertencem;
- ✓ A que estuda, interativamente, o todo e as partes da organização. Sob essas bases e, ainda, com fundamento em concepções e informações preexistentes, é possível a construção e o desenvolvimento do Projeto Pedagógico entendendo sua criação, delimitando seu espaço, conhecendo as relações que mantém interna e externamente à comunidade de aprendizagem, viabilizando-o estrategicamente e tornando-o adequado aos seus atores e contexto.

O Projeto Político-Pedagógico é a concretização da função social das organizações de aprendizagem que, segundo Parsons (1956), cobrem funções básicas como adaptação, consecução de objetivos, integração e cumprimento de planos. Essas organizações na visão de Durkheim (1966), surgem como conseqüência da acumulação de bens culturais que as gerações tem a transmitir às seguintes, para assegurar a continuidade, o crescente processo de especialização e de divisão do trabalho social. A função de transmissão do ato educativo, seja formal ou não, está associada à sua reconstrução e inovação social em proporções que dependem de muitas variáveis, com o tempo, a idade, os métodos, as relações dos atores envolvidos no processo, o modelo pedagógico, as bases ideológicas do processo ensino - aprendizagem e etc. Associada a essa concepção está a capacidade interna das comunidades de aprendizagem de se transformarem e desenvolverem-se pela sua própria competência, seu desenvolvimento tecnológico, sua cultura, as crenças e os valores do seu contexto e as suas relações. Como comunidade de aprendizagem consideram-se os sistemas sociais, formais e informais, tais como escolas, organizações não governamentais, igrejas, empresas e etc., nos quais desenvolve-se um processo de ensino - aprendizagem.

A partir da concepção de educação como prática social transformadora o Projeto Político-Pedagógico torna-se componente determinante do sistema social,

instrumento de mudança social, sofrendo influência e pressões desse sistema sobre sua criação, implementação e efetividade.

A interação do social com o político e o educacional, que o Projeto Pedagógico apresenta, deverá ser refletida pela formação de um ser humano ativo, criativo, crítico, dentro dos quatro pilares basilares da educação: aprender a aprender, aprender a ser, aprender a fazer e aprender a conviver, ou seja, formar o educando visando oferecer-lhe oportunidade para o seu desenvolvimento pleno, dentro de um currículo que privilegie desenvolver habilidades e competências.

É preciso entender o Projeto Político-Pedagógico da escola como uma reflexão de seu cotidiano. A construção do projeto requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório.

## 1.1 Identificação da Unidade de Ensino

### Quadro 01. Dados de Identificação

2.1	Mantenedora:	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
2.2	CNPJ:	00.394.676/0001-07
2,3	Endereço completo	Anexo do Palácio do Buriti – 9º andar
2.4	Telefone	(61)3224-0016 / 3225-1266
2.5	FAX	(61) 3213-6360
2.6	E-mail	se@se.df.gov.br
2.7	Data da fundação	17/06/60
2.8	Registros:	FEDF – Fundação Educacional do DF Decreto: nº 48297 de 17/06/60
2.9	Unidade Pública	Oferecer recursos para a viabilização da educação formal
2.1	Secretária	Hélvia Paranaguá

### Quadro 02. Dados da Instituição Educacional

3.1	Nome	Escola Classe 01 do Gama
-----	------	--------------------------



3.2	Endereço completo	EQ 18/21 Área Especial Setor Leste do Gama-DF
3.3	Telefone	61-3901-3350
3.4	FAX	---
3.5	E-mail	Ec01.gama@gmail.com
3.6	Localização	Latitude: -16.017722501568 Longitude: -48.054753150319
3.7	Divisão:	Coordenação Regional de Ensino do Gama
3.8	Data de criação	19/05/1961
3.9	Autorização	Portaria nº 003 de 12/01/2004
3.10	Turno de funcionamento	Matutino e Vespertino
3.11	Modalidades de ensino	Ensino Fundamental Anos Iniciais
3.12	Gestão	DIRETOR – Jones Revson Santos Sales. VICE-DIRETORA – Aparecida Lúcia Rodrigues de Carvalho. SUPERVISORA – Juliana Leite de Santana. SECRETÁRIA – Natalícia Martins de Lima.

## 2. HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR

### 2.1 Histórico da Escola

A E.C 01, atualmente atende turmas do BIA (Bloco Inicial de Alfabetização) do 1º ao 5º anos do Ensino Fundamental. O Currículo em Movimento, adotado em toda a rede pública de ensino do Distrito Federal orienta nossa práxis.

A equipe de direção foi escolhida por indicação do então Coordenador Regional de Ensino do Gama, Fernando Freire da Silva, na data de 02/01/2017 e com eleição prevista para 21/06/2017. A chapa é composta por: (Diretor) Jones Revson Santos Sales e (Vice - diretora) Aparecida Lúcia Rodrigues de Carvalho. Após eleição, referendou-se a chapa para o pleito de 2017 a 2019. Em outubro de 2019, a chapa foi reeleita para o pleito compreendido entre os anos de 2020 e 2021. Em 2022, por força do PL 2275/21, publicado no dia 06 de outubro de 2021, o pleito

foi estendido para o ano de 2022.

A Escola Classe 01 do Gama iniciou suas atividades com quatro salas de aula, construídas em madeira, em dezenove de maio de 1961, como anexo do Colégio do Gama (CEM 01 do Gama). Funcionava a noite como segundo grau e durante o dia, como escola de 1º grau.

Em 1964, a Escola Classe 01 do Gama entrou em atividade, provisoriamente, em salas no “Mercado Leste” enquanto aguardava o término de sua construção em quatro turnos. Em 1965, por causa de uma inundação, a Escola teve que ser reconstruída, em alvenaria. Inicialmente, com duas alas com quatro salas, funcionando em três turnos: matutino, intermediário e vespertino, sob a direção da professora Luzinete Cadete Araújo, tornando-se nesse período, independente do então CG, instituindo como data de criação o dia 22 de maio. Por volta de 1975, ocorreu um curto-circuito na primeira ala e novamente a Escola foi reformada.

Com o crescimento populacional, gerando demanda educacional em 1979 a Escola foi ampliada para três alas, atendendo pré-escolar à sexta série do Ensino Fundamental, funcionando nos turnos matutino e vespertino.

Devido à boa qualidade do ensino e a localização da escola, foi escolhida como “Centro de Alfabetização”, sendo Pólo Catalisador e Irradiador de Projetos Pilotos de Alfabetização, na gestão da então Secretária da Educação, professora Eurides Brito da Silva, sob a direção de Floreny Teixerense Reis e Rocha. Funcionou como Centro de Alfabetização de 1988 até 1996, realizando um trabalho de renome na educação.

Porém, em 1997, devido aos danos irreparáveis sofridos pela ação do tempo a escola passou por outra reforma, desenvolvendo suas atividades na Escola Classe 03 do Gama, em um único turno, retornando em setembro de 1998, com mudanças significativas em sua estrutura pedagógica e em sua estrutura física.

Nesses 60 anos de lutas, conquistas e avanços contribuimos para a formação de milhares de alunos que se destacaram no cenário nacional e internacional e deixaram sua parcela de contribuição para o bem estar da escola, sob a direção dos

profissionais a seguir:

1ª – Luzinete Cadete	- 1963
2ª – Elza Trindade	- 1964
3ª – Malva de Jesus	- 1973 (1º semestre)
4ª – Maria Aparecida de Paula	- 1973
5ª – Maria Regina Carvalho	- 1973
6ª – Floreny Teixeira	- 1977
7ª – Lázara Pacheco	- 1985
8ª – Vera Lúcia Mariotini	- 1988
9ª – Nilza da Silva Fernandes	- 1991
10ª – Maria Teresinha Felinto	- 1993
11ª – Marineide Pereira	- 1995
12ª – Maria Teresa Ribeiro	- 2000 (1º semestre)
13ª – Maria Aparecida Negreiros	- 2000
14ª - Celma Luiza S. Aguiar	- 2002
15ª – Maria das Graças Alves Silva	- 2005
16ª – Irineide Teles Brito	- 2007
17ª - Patrícia Galdino da Silva	- 2012
18ª - Verusa Martins Freire	- 2012
19ª - Aldenora Castro Rocha Nogueira	- 2013/2016
20º – Jones Revson Santos Sales	-2017/2023

## **2.1 Espaço Físico**

### **2.1.1 Ambientes Pedagógicos**

A parte pedagógica da escola está estruturada da seguinte forma, nos turnos matutino e vespertino:

- Seis turmas de 1º ano, com 126 alunos;
- Cinco turmas de 2ºano, com 100 alunos;
- Oito turmas de 3º ano, com 169 alunos;
- Sete turmas de 4º ano, com 174 alunos;
- Seis turmas de 5º ano, com 146 alunos;

- Duas classes especiais de TEA com 4 alunos;

Desta forma, totaliza 719 alunos, divididos em 34 turmas. A escola possui 1 (uma) sala de leitura que atende as crianças fortalecendo o trabalho pedagógico.

### **2.1.2 Ambientes Administrativos**

A parte administrativa da escola está composta pelos seguintes ambientes:

- 1 secretaria,
- 1 direção
- 1 apoio administrativo;
- 1 apoio pedagógico/orientação escolar;
- 1 depósito de alimentos;
- 1 depósito para armazenamento de material de limpeza;
- 1 banheiro servidores (unissex);
- 1 banheiro direção (unissex);
- 1 sala de professores e banheiros (masculino e feminino);
- 1 cozinha da escola;
- Salas de recursos.
- Sala do Serviço de Orientação Educacional EEAA;
- Sala de SAA.
- Banheiros de alunos
- Banheiros adaptados
- Sala utilizada pelos auxiliares de educação

## **3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA UNIDADE ESCOLAR**

A Escola Classe 01 do Gama atende turmas inclusivas e turmas exclusivas para a educação especial de alunos com Transtorno do Espectro Autista- TEA, desde 2013. Tendo como objetivo trabalhar em prol da diversidade e inclusão dos estudantes especiais e com transtornos funcionais.

A Escola Classe 01 do Gama trabalha com um currículo voltado para a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem pessoas orgulhosas de seu

pertencimento étnico-racial, partícipes da construção de uma nação democrática, em que tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada, buscando ressaltar os aspectos positivos das diferenças raciais, possibilitando aos grupos discriminados construir uma imagem positiva de si mesmos, observando que a convivência com o outro pode ser enriquecedora para todos.

Quanto aos aspectos socioeconômicos da comunidade escolar, a Escola Classe 01 possui público heterogêneo, uma vez que atende não apenas a clientela do Gama, mas também alunos do entorno, de cidades como Novo Gama, Valparaíso e Céu Azul. Todavia, a comunidade demonstra dispor de condições financeiras favoráveis, atuando, por vezes, como parceiros da escola. É possível estimar que apenas cerca de 10% da comunidade escolar são de baixa renda.

#### **4. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA**

A Escola Classe 01 do Gama por meio de discussões e estudos acompanham as teorias do Currículo em Movimento da SEEDF.

*Que definem a intencionalidade política e formativa, expressam concepções pedagógicas, assumem a proposta de intervenção refletida e fundamentada, orientada para a organização das práticas da e na escola.” (CURRÍCULO EM MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PRESSUPOSTOS TEÓRICOS, 2018, p.21)*

Em relação à identidade cultural do índio, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) afirma que a diversidade cultural pode ser enfocada tanto sob o ponto de vista das diferenças existentes entre as sociedades indígenas e as não-indígenas, quanto sob o ponto de vista das diferenças entre as muitas sociedades indígenas que vivem no Brasil. Mas está sempre relacionada ao contato entre realidades socioculturais diferentes e à necessidade de convívio entre elas, especialmente num país pluriétnico, como é o caso do Brasil.

A Escola Classe 01 do Gama seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para educação étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana em seus pareceres legais e, ainda de acordo com o Currículo em Movimento da SEEDF, valoriza, propõe e divulga a produção de conhecimentos, a

formação de atitudes, postura e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial-descendente de africanos, povos indígenas, europeus e asiáticos para interagirem na construção de uma nação democrática, em que, todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

Desta forma, a atividade pedagógica desenvolvida nesta escola, considerando os aspectos relacionados nos parágrafos anteriores, não se restringe ao reconhecimento das diferenças, mas à garantia da valorização de sua identidade étnico-cultural e dos direitos humanos de toda sua população, contribuindo para um tratamento específico e distinto dos saberes construídos por esses povos, no decorrer da História do Brasil.

## **5. MISSÃO**

A missão da EC01 do Gama é promover uma educação de qualidade visando o desenvolvimento integral do educando, pautado em valores e na aprendizagem significativa para a formação de cidadãos críticos, atuantes e cientes de seus direitos e deveres na sociedade respeitando a diversidade cultural, social, filosófica, histórica e religiosa de cada participante da comunidade escolar visto que, a escola é laica.

## **6. PRINCÍPIOS**

A partir da concepção de educação como Prática Social transformadora, a EC 01 do Gama baseia-se no Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996), segundo o qual o ensino deve ser ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; no respeito à liberdade e apreço à tolerância, baseia-se ainda na gestão democrática do ensino público; na busca por um padrão de qualidade definido nacionalmente; na valorização da experiência extra-escolar; e na vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Ainda de acordo com a LDB, que em seu art. 22º, indica a finalidade da

educação básica: desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

O princípio básico da educação inclusiva deriva do direito de acesso à educação. Ele é assegurado na Constituição Federal de 1988 e reafirmado no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Independentemente de qualquer limitação, a criança deve frequentar a escola e ter acesso a tudo que é disponibilizado regularmente às outras crianças.

O segundo princípio dessa educação considera que toda pessoa é capaz de aprender. Muito provavelmente, isso não ocorra no mesmo ritmo, nem utilizando os mesmos materiais, mas essa pluralidade faz cada ser humano único. Por isso, incluir é reconhecer a diversidade de aprendizado e, portanto, ser incansável na busca de alternativas que favoreçam o aprender de múltiplas formas.

Para o Ensino Fundamental (Anos Iniciais), o Art. 32º da LDB nos indica que o ensino fundamental terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; e o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

A opção pela Educação que visa o desenvolvimento Integral do discente proposta pelo Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal reafirma esses norteadores em seus Pressupostos Teóricos.

*Diante desse desafio, não se pode deixar de mencionar que a Educação Integral vai ao encontro de uma sociedade democrática de direitos, constituindo-se, portanto, como uma política pública de inclusão social e de vivência da cidadania. A Educação Integral faz parte de um conjunto articulado de ações por parte do Estado que preconiza a importância do humano em todas suas dimensões, além da necessidade de se garantir direitos e oportunidades fundamentais para a população infanto-juvenil..(CURRÍCULO EM MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO DISTRITO FEDERAL, PRESSUPOSTOS TEÓRICOS, 2018, p.27-28)*

Visando a mesma meta busca-se a formação continuada para os profissionais da educação. Observa-se o histórico da educação especial, o qual apresenta uma realidade de inquietação e insegurança junto aos familiares, estudantes e corpo docente, em relação ao ensino dessa clientela. Porém ocorre uma evolução gradativa em relação a décadas passadas, Mazzota (2005), apresenta a história das políticas públicas no Brasil, para educação especial, na qual relata a primeira escola para surdos, criada por D. Pedro II, por necessidade do Imperador tendo um filho surdo até a criação de escolas filantrópicas.

Observa-se essa inclusão de forma aleatória de acordo com necessidades de algumas “bem nascidos”, porém era tratado com uma doença que a qualquer momento seria curada. O tempo faz evoluir o pensamento, dessa forma surgiram as leis, mas com muita luta, quer seja por parte de famílias, dos próprios estudantes, entidades, que desencadeou a materialização como direitos das pessoas com necessidades especiais, por exemplo, a PL nº1420/2015, que assegura a gratuidade em eventos culturais e esportivos.

A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, apresenta em seu artigo 59:

*Os sistemas de Ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:*

*I-Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender suas necessidades. (LDB1996)*

Dessa forma se faz necessário a sala exclusiva, na qual tenta compreender as particularidades dos estudantes, que ainda não podem ser inclusos em turmas regulares.

O currículo em movimento da educação básica do DF é a base desta Proposta Pedagógica, e faz a seguinte afirmação:

*“Nessa perspectiva, o currículo deve ser dinâmico e flexível e proporcionar situações para que ocorram as aprendizagens. O currículo inclusivo deve considerar a possibilidade de superar a lógica das adaptações de conteúdos e ampliar o conhecimento de estudantes acerca de suas experiências de vida.” (Currículo em Movimento,2018).*



## **7. OBJETIVOS**

### **7.1 Objetivo Geral**

- Promover um ensino de qualidade com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, fomentando os valores que permeiam uma educação para a diversidade, cidadania, sustentabilidade, educação em/e para os Direitos Humanos.

### **7.2 Objetivos Específicos**

- Promover estratégias pedagógicas para favorecer o desempenho acadêmico dos estudantes;
- Promover uma educação inclusiva, equitativa e para todos, atendendo os estudantes com deficiência conforme suas necessidades;
- Ampliar a acessibilidade dentro da Unidade escolar.
- Estimular a participação de pais e de estudantes nas decisões escolares;
- Desenvolver, através da Equipe Especializada de Apoio a Aprendizagem (EEAA) ações de orientação, reflexão e apoio à comunidade escolar.
- Promover a articulação do planejamento de acordo com o Currículo Em Movimento das Escolas Públicas do DF;
- Promover atividades relacionadas às estratégias de intervenção como o Reagrupamento Interclasse e Intraclasse, Projeto Interventivo, de acordo com as Diretrizes Pedagógicas Para Organização Escolar Do 2º Ciclo- Bia E 2º Bloco;
- Conduzir a avaliação prevalecendo a avaliação formativa de acordo com as Diretrizes de Avaliação Educacional : Aprendizagem, institucional e em larga escala (2014 - 2016);
- Promover momentos para estudos de textos e documentos no espaço da coordenação pedagógica da SEEDF;
- Administrar e aplicar os recursos financeiros destinados à escola na forma da lei;
- Promover e valorizar a cultura, o estudo da cultura Afro Brasileira, africana e indígena.
- Promover o ensino por ferramentas mediadas de aprendizagem, proporcionando ao aluno o aprendizado em ambiente não-escolar, de forma a manter a qualidade do ensino

## 8. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A construção do Projeto Político-Pedagógico desta escola estrutura-se em cinco distintas dimensões: filosófica, política, social, cultural e técnica. Nas diferentes dimensões do Projeto Político-Pedagógico, a filosofia tem por finalidade estabelecer uma forma de compreensão e transformação da realidade. A partir dela, o PPP explicita-se por intermédio da análise reflexiva da realidade, mantendo constantemente a relação da teoria com a prática, entendidas como duas situações vinculadas. Segundo Paulo Freire (1996), o essencial do trabalho educativo é a prática, a avaliação da prática e a volta a prática.

O Projeto Político-Pedagógico foi construído considerando as dimensões mencionadas, compreendendo a teoria defendida e pensada por Marques (1991), Handy (1878), Parsons (1956) e Durkheim (1966):

*A participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui*

*para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam na cogitação. (Marques, 1991, p.21)*

### 8.1 Pedagogia Histórico-Crítica

A Pedagogia Histórico-Crítica teve sua formação, no final da década de 70, oriunda das análises críticas da educação. Como resposta ao movimento pedagógico, veio atender à necessidade de encontrar alternativas à pedagogia dominante (Tecnicismo - cuja base foi a promulgação da Lei 5692/71), desencadeada em um momento histórico de crítica dos educadores às orientações pedagógicas impostas pelo Regime Militar, onde o objetivo da educação era formar cidadãos unicamente aptos ao desenvolvimento de atividades técnicas, como relata Saviani (2005) ao contextualizar historicamente a Pedagogia Histórico-Crítica.

A valorização da escola como instrumento de apropriação do saber é o melhor serviço que se presta aos interesses populares, uma vez que a própria escola pode contribuir de maneira a eliminar a seletividade social e torná-la democrática. Se a escola é parte integrante do todo social, agir dentro dela é

também agir no rumo da transformação da sociedade. (LIBÂNEO, 2008, p. 38-39). Neste contexto, ganha corpo a pedagogia histórico-crítica, proposta por Dermeval Saviani, como pedagogia revolucionária, empenhada em colocar a educação a serviço da transformação das relações de produção. De acordo com Saviani (2005, p.88): A expressão pedagogia histórico-crítica é o empenho em compreender a questão educacional com base no desenvolvimento histórico objetivo. Portanto, a concepção pressuposta nesta visão da pedagogia histórico-crítica é o materialismo histórico, ou seja, a compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana. Nesta perspectiva - com ênfase na relação dialética da escola com a sociedade - a escola, ainda que elemento condicionado pela sociedade, não deixa de influenciar o elemento condicionante, à medida que cumpre sua especificidade e sua função social.

## **8.2 Psicologia Histórico-cultural**

A Teoria Histórico-Cultural de Vigotski, em seu âmago, presume uma natureza social da aprendizagem, ou seja, é através das interações sociais que o indivíduo desenvolve suas funções psicológicas superiores.

O aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam. (VIGOTSKI, 2007, p.100)

Funções psicológicas superiores ou processos mentais superiores são os mecanismos psicológicos complexos, próprios dos seres humanos, como a atenção voluntária, a memória lógica, as ações conscientes, o comportamento intencional e o pensamento abstrato. São considerados superiores, pois se distinguem dos processos psicológicos elementares como as ações reflexas (ex: sucção do seio da mãe pelo bebê), as associações simples (ex: evitar o contato da mão com o fogo) e as reações automatizadas (ex: movimento da cabeça em direção a um ruído repentino). Nesta perspectiva, há uma primazia do princípio social sobre o princípio natural-biológico, quanto ao desenvolvimento psíquico do homem, quer dizer, Vigotski não nega a influência da parte biológica, porém, enfatiza o aspecto social no desenvolvimento das funções psicológicas.

Desta forma, a Escola Classe 01 apoia-se na Teoria Histórico-Crítica como transformadora de ações sociais do indivíduo, de maneira que cada aluno possa

assumir seu papel como transformador ativo de uma sociedade em constante transformação.

## **9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

A Escola Classe 01 tem seu trabalho em conformidade com o Currículo da Educação Básica do Ensino Fundamental e as Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, organizado de forma integrada, flexível, contextualizada e interdisciplinar, considerando o educando um sujeito ativo no processo de ensino aprendizagem, que tem potencialidades para interagir e refletir sobre tudo o que é apreendido, sendo capaz de modificar constantemente o que sabe, a partir de suas experiências, elegendo, portanto, o diálogo, como o eixo das relações e o fundamento do ato de educar.

A escola deve ser “um espaço favorável para promover a educação formal dos indivíduos”, como estabelecido em nossa Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 que conta com políticas públicas e profissionais da educação para garantir a qualidade do ensino.

De acordo com o Currículo em Movimento da SEEDF, a escola deixa de dar visibilidade aos conteúdos e passa para a construção do cidadão, adotando uma concepção diferenciada da educação, um currículo refletido e que dê encaminhamento ao trabalho na instituição escolar.

Buscou-se então contemplar os eixos transversais Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade, favorecendo uma organização curricular mais integrada, promovendo um olhar para os temas e conteúdos relevantes.

O currículo foi organizado a partir dos Eixos estruturantes do Currículo em Movimento e ainda a partir da realidade cotidiana da Escola, os conteúdos foram distribuídos em bimestres letivos, contemplando os conteúdos constantes no livro didático. Conteúdos estes que passam por revisões bimestrais de acordo com a sua funcionalidade.

Sendo assim, a escola propõe momentos de discussão de acordo com o Currículo em Movimento, fundamentando a missão da escola em dar voz a comunidade escolar como um todo, com o objetivo de formar um cidadão pleno que pensa se movimenta e que é integrado com um todo.

Para a organização do trabalho pedagógico, a Escola Classe 01 do Gama tem buscado atender às especificidades dos alunos em consonância com as relações escola-comunidade, para isso foram desenvolvidos projetos pedagógicos com a função de colaborar com a aprendizagem dos discentes.

### **9.1 Projeto Educação em Movimento – PECM**

O Programa Educação com Movimento(PECM), de acordo com o documento da Política de inserção do professor de Educação Física na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF), tem como finalidade principal a ampliação das vivências corporais dos estudantes mediante a intervenção pedagógica.

Dessa forma, o PECM visa contribuir com a qualidade dos processos de ensinar e aprender dos estudantes, aproximando os conhecimentos escolares da brincadeira, do jogo e de toda a cultura corporal explorada pelo professor de educação física.

#### **Objetivo Geral**

Implantar e implementar projeto de educação denominado Educação com Movimento na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede pública de ensino do Distrito Federal, ampliando as experiências corporais dos estudantes, mediante a intervenção pedagógica integrada e interdisciplinar entre o professor de Atividades e o professor de Educação Física na perspectiva da Educação Integral, conforme preconizado no Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal

#### **Objetivos Específicos**

- Explorar os conteúdos da cultura corporal de movimento presentes na Educação Física, tais como: o jogo, a brincadeira, o esporte, a luta, a ginástica, a dança e conhecimentos sobre o corpo, integrando-os aos objetivos, linguagens e conteúdos

da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

- Estimular a interdisciplinaridade na intervenção pedagógica do professor de Educação Física, por meio do planejamento e atuação integrada ao trabalho do professor de Atividades, em consonância com o projeto político-pedagógico da escola e com o Currículo em Movimento da Educação Básica;
- Fortalecer o vínculo do estudante com a escola, considerando as necessidades da criança de brincar, jogar e movimentar-se, utilizando as estratégias didático-metodológicas da Educação Física na organização do trabalho pedagógico da escola;
- Contribuir para a formação integral dos estudantes, por meio de intervenções corporais pedagógicas exploratórias e reflexivas, com base em valores, tais como: respeito às diferenças, companheirismo, fraternidade, justiça, sustentabilidade, perseverança, responsabilidade, tolerância, dentre outros, que constituem alicerces da vida em sociedade e do bem-estar social.

Neste estabelecimento de ensino, Escola Classe 01 do Gama possui uma professora de Educação Física do PECM que atende os alunos de 13 turmas, com atendimento duas vezes por semana, no turno matutino, distribuídos da seguinte maneira: 3 turmas dos 5º anos, 3 turmas dos 4º anos, 4 turmas dos 3º anos, 3 turmas de 2º anos; e como Projeto Interdisciplinar na carga residual, em 4 turmas, com atendimento uma vez por semana, no turno matutino, distribuídos da seguinte maneira: 3 turmas dos 1º anos e 1 turma de Classe Especial. As aulas são de 30 minutos e 35 minutos de acordo com a disponibilidade do tempo para os atendimentos.

## **9.2 Temas transversais**

### **9.2.1 Educação para a diversidade**

A educação para a diversidade desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade inclusiva e equitativa. Nas escolas, esse tipo de educação desafia estereótipos, promove o respeito mútuo e celebra a pluralidade de identidades e experiências presentes na comunidade escolar.

Uma escola que valoriza a diversidade reconhece que cada aluno é único, com

características, origens e histórias de vida distintas. Essa perspectiva é incorporada em todos os aspectos do ambiente educacional, desde o currículo até as interações cotidianas entre alunos, professores e funcionários.

No currículo, a educação para a diversidade procura incluir uma ampla gama de perspectivas, histórias e culturas. Isso significa que os estudantes são expostos a diferentes formas de conhecimento, descobrindo a riqueza das diversas contribuições para a sociedade. Por meio de literatura, arte, história e ciências sociais, os alunos aprendem sobre diferentes grupos étnicos, religiões, orientações sexuais, identidades de gênero e habilidades físicas e cognitivas. Esse conhecimento promove empatia, aumenta a compreensão intercultural e ajuda a combater o preconceito e a discriminação.

Além do currículo, é importante que a escola crie um ambiente acolhedor e seguro para todos os alunos. Isso inclui a implementação de políticas e práticas que promovam a igualdade de oportunidades e o respeito pela diversidade. Os funcionários devem estar preparados para lidar com questões relacionadas à diversidade e oferecer apoio adequado aos alunos que enfrentam desafios decorrentes de sua identidade.

A educação para a diversidade também envolve a promoção do diálogo aberto e inclusivo. É fundamental que as escolas incentivem discussões sobre diversidade e preconceito, permitindo que os alunos expressem suas opiniões, dúvidas e experiências. Esses espaços de conversa contribuem para a construção de um ambiente inclusivo, onde os alunos se sintam seguros para compartilhar suas perspectivas e aprender com os outros.

Além disso, a educação para a diversidade não se restringe apenas aos alunos. É essencial que os professores e funcionários da escola também recebam formação e capacitação adequadas sobre questões de diversidade, para que possam atuar como modelos e facilitadores do aprendizado inclusivo. Os profissionais da educação têm a responsabilidade de criar um ambiente que valorize e respeite a diversidade, servindo como exemplo positivo para os alunos.

Em suma, a educação para a diversidade na escola é um elemento vital para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao promover o respeito, a

empatia e a compreensão mútua, a escola desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e engajados, capazes de contribuir para um mundo mais tolerante e respeitoso com as diferenças.

### **9.2.2 Cidadania e educação em e para os direitos humanos**

A cidadania e a educação em direitos humanos desempenham um papel crucial na formação de uma sociedade justa, igualitária e respeitosa. A escola desempenha um papel fundamental na promoção desses valores, fornecendo uma base sólida para que os estudantes se tornem cidadãos ativos e conscientes de seus direitos e responsabilidades.

A educação em direitos humanos na escola visa desenvolver nos alunos a compreensão dos princípios fundamentais dos direitos humanos, como a dignidade, a igualdade, a liberdade e a justiça. Ela busca proporcionar aos estudantes uma perspectiva global sobre as questões sociais, econômicas, políticas e culturais que afetam as pessoas em diferentes partes do mundo. Isso inclui abordar temas como discriminação, desigualdade, pobreza, violência, intolerância e marginalização.

Ao incluir a educação em direitos humanos no currículo escolar, os alunos têm a oportunidade de aprender sobre os direitos humanos desde cedo, compreendendo a importância de respeitar a dignidade e os direitos de todas as pessoas. Isso envolve o ensino de princípios básicos, como o direito à vida, à liberdade de expressão, à igualdade de gênero, à não discriminação, à educação e à participação política.

A escola desempenha um papel crucial ao fornecer um ambiente seguro e inclusivo, onde os direitos humanos sejam respeitados e promovidos. Isso inclui a implementação de políticas que proíbam qualquer forma de discriminação, bullying ou violência. Os estudantes devem ser incentivados a expressar suas opiniões livremente, respeitando o direito à liberdade de expressão, ao mesmo tempo em que são ensinados a fazê-lo de maneira responsável e respeitosa com os outros.

Além disso, é essencial que a escola promova a participação ativa dos alunos em projetos e atividades relacionadas aos direitos humanos. Isso pode incluir campanhas de conscientização, debates, eventos culturais, visitas a organizações de direitos humanos e ações comunitárias. Essas experiências proporcionam aos alunos



a oportunidade de se envolverem ativamente na defesa e promoção dos direitos humanos, tornando-se agentes de mudança em suas comunidades.

A educação em direitos humanos na escola não se limita apenas ao âmbito acadêmico. Ela também envolve a promoção de valores e atitudes que são fundamentais para a construção de uma sociedade baseada nos direitos humanos. Os professores desempenham um papel fundamental ao serem modelos de conduta, transmitindo valores de respeito, empatia, tolerância, diálogo e solidariedade.

Em resumo, a cidadania e a educação em direitos humanos inseridas na escola são essenciais para formar cidadãos conscientes, comprometidos e capazes de promover e defender os direitos humanos em suas vidas diárias. Ao fornecer conhecimento, experiências práticas e um ambiente inclusivo, a escola desempenha um papel vital na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa.

### **9.3 Projeto SuperAção**

Programa SuperAção possibilita, de maneira concomitante, o desenvolvimento e o monitoramento de diferentes estratégias para o enfrentamento da situação de incompatibilidade idade/ano nos próximos anos, a fim de que os estudantes que se encontram nessa situação tenham atendimento escolar acolhedor e eficaz, de modo a possibilitar a real SUPERAÇÃO do fracasso escolar que eles experienciaram.

#### **Público alvo**

Estudantes que apresentam dois ou mais anos de defasagem na aprendizagem em relação à faixa etária adequada a cada ano escolar.

#### **Objetivo Geral**

Reconstruir as trajetórias escolares dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano matriculados no ensino fundamental da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, levando-os ao fluxo escolar com sucesso.

#### **Objetivos Específicos**

- Identificar e acolher os estudantes fora do fluxo desejado para o ensino fundamental.

- Sensibilizar os profissionais da educação sobre a importância do desenvolvimento de propostas pedagógicas que minimizem os atrasos escolares.
- Implementar Organização Curricular que contemple a recuperação das aprendizagens essenciais, considerando a BNCC e o Currículo em Movimento.
- Proporcionar prática pedagógica que vislumbre a recuperação e consolidação das aprendizagens.
- Contribuir para a recuperação das aprendizagens dos estudantes.
- Possibilitar a progressão escolar e o avanço das aprendizagens.
- Garantir a correção do fluxo escolar em, no mínimo, dois anos escolares, para os estudantes atendidos pelo SuperAção.
- Realizar acompanhamento formativo e sistemático das ações das unidades escolares que envolvam os estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano.

### **Metas**

- Atender, por meio do Programa SuperAção, 100% dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano.
- Possibilitar acompanhamento formativo e sistemático a 100% das unidades escolares que atendem estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano.

## **10. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO**

A Escola Classe 01 do Gama atende alunos dos anos iniciais do 2º ciclo do Ensino fundamental, com crianças entre 6 anos a 12 anos. As turmas estão compostas conforme a estratégia de matrícula, respeitando as limitações dos alunos, enturmado-os conforme a redução prevista em lei. Atende, também, alunos com necessidades especiais (intelectuais, auditivas, físicas e visuais) e crianças com diversos Transtornos (TDAH, DPAC, TOD, TC e outros) sendo, portanto, enturmadas conforme diagnósticos, segundo a estratégia de matrícula.

É realizado semanalmente reagrupamento interclasse entre os três anos (1º, 2º e 3º anos). Com relação aos 4º e 5º anos, também é realizado reagrupamentos, semanalmente, visando avanço significativo na aprendizagem dos alunos. As

atividades são planejadas com antecedência norteadas pela psicogênese, os professores dividem os alunos em grupos menores e as atividades propostas têm o objetivo de fomentar estratégias para que os alunos avancem de nível na teoria psicogenética. São realizados testes diagnósticos de leitura e escrita para a formação dos grupos. Os eixos norteadores do Currículo em Movimento são considerados na elaboração das propostas de leitura e escrita.

A Escola realiza nas segundas-feiras o Reagrupamento Interclasse, com os alunos do primeiro bloco (1º e 3º anos), e nas sextas-feiras com os alunos do 4º e 5º anos com temas definidos em coordenação a partir de discussões e da participação de todos os docentes na elaboração das atividades a serem executadas, a divisão das turmas para esse momento é feito por meio de sondagem através da aplicação do teste da psicogênese (BIA) e testes de leitura e escrita (4º e 5º anos), ainda é realizado uma vez na semana o Reagrupamento Intraclasse, bem como o reforço escolar para os dois blocos, esse último acontecendo no horário contrário da aula conforme disponibilidade de espaços.

Devido à necessidade de atendimento individual de ensino aprendizagem dos alunos, é ministrado **Projeto Interventivo** em horário contrário, sendo esta estratégia pedagógica mais específica, e destinada aos alunos que ainda não consolidaram o processo de alfabetização e apresentam dificuldades específicas. As atividades propostas aos estudantes têm o objetivo de ajudá-los a desenvolver as habilidades de leitura e escrita e raciocínio lógico matemático. Cabe ressaltar que a instituição não possui espaços físicos adequados ao atendimento a alunos em horários contrários, sendo desconfortável manter o atendimento individual. No entanto, nos esforçamos para mantê-los dentro da nossa realidade.

O Projeto Interventivo apresenta um caráter coletivo e integrador, contínuo e temporário, cada professor assume a responsabilidade em apresentar sugestões e buscar com seus pares o melhor projeto para atender as especificidades dos alunos que apresentarem determinada dificuldade de aprendizagem, em especial em escrever textos coerentes e coesos, com pontuação e correção ortográfica. Esse tema ainda necessita de reflexão, em especial quanto a sua elaboração e execução, pois ele é fundamental para a avaliação formativa dentro da escola. Assim, a escola propõe momentos de discussão de acordo com o Currículo em Movimento (2014),

fundamentando a missão da escola em dá voz a comunidade escolar como um todo, com o objetivo de formar um cidadão pleno.

Contamos com um pedagogo fixo, que atende nossos alunos. Temos ainda a Sala de Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, que atende alunos desta IE e de outras, com diagnóstico de Transtornos e a Sala de Recursos que atende alunos ANEEs com laudo da escola. A escola possui ainda, uma orientadora educacional permanente na instituição.

### **10.1 Corpo Docente**

Para ser um professor eficiente, não basta ter boa vontade. É preciso muito estudo, dedicação planejamento e pensar em diferentes estratégias e materiais para utilizar nas aulas. Para levar todos a aprender, é essencial ainda considerar as necessidades de cada um e avaliar constantemente os resultados alcançados. Seu desempenho, no entanto, só será realmente bom se você conhecer o que pensam os alunos e considerar que as famílias são parceiras no processo de ensino.

O corpo docente da Escola Classe 01 é composto por uma equipe de profissionais qualificados em suas áreas de atuação. Realizando seu trabalho de forma eficiente, demonstrando proatividade no desempenho da função. É válido ressaltar que é este comprometimento quem permite o contínuo processo de educação com qualidade.

### **10.2 Atuação do Serviço de Orientação Educacional.**

O orientador educacional desempenha um papel fundamental no contexto escolar, atuando como um elo entre alunos, pais, professores e a instituição como um todo. Sua principal função é promover o desenvolvimento integral dos estudantes, oferecendo suporte emocional, orientação acadêmica e auxílio na construção de projetos de vida.

Como mediador, o orientador educacional trabalha para identificar as necessidades individuais dos alunos, buscando compreender suas dificuldades e potencialidades. Através de orientação personalizada, ele ajuda os estudantes a superar obstáculos, adquirir habilidades socioemocionais e tomar decisões relacionadas à sua trajetória acadêmica e profissional.

O orientador educacional também desempenha um papel importante na promoção de um ambiente escolar saudável e inclusivo. Ele colabora na prevenção e combate ao bullying, violência e discriminação, promovendo a cultura do respeito e da diversidade. Além disso, auxilia na mediação de conflitos entre alunos, incentivando o diálogo e a resolução pacífica de problemas.

Outra responsabilidade do orientador educacional é o acompanhamento do desempenho dos alunos, identificando possíveis dificuldades de aprendizagem e propondo estratégias de intervenção. Ele pode desenvolver programas de reforço escolar, orientar os estudantes sobre técnicas de estudo e colaborar na definição de metas e objetivos educacionais.

Em parceria com os professores, o orientador educacional promove a integração de práticas pedagógicas inovadoras, contribuindo para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Ele também pode coordenar programas de educação socioemocional, desenvolver ações de prevenção ao uso de drogas e promover atividades que estimulem a cultura de paz na escola.

Em síntese, o papel do orientador educacional na escola é multifacetado e de extrema importância. Por meio de seu trabalho, ele contribui para o desenvolvimento acadêmico, emocional e social dos alunos, auxiliando-os na construção de uma base sólida para seu futuro. Sua atuação é fundamental para o estabelecimento de um ambiente escolar saudável, inclusivo e propício ao crescimento pessoal e acadêmico dos estudantes.

### **10.3 Atuação dos Monitores.**

Os monitores escolares desempenham papel essencial no acompanhamento dos alunos, em especial nos alunos que possuem necessidades especiais. São eles quem auxiliam os alunos nas atividades diárias, bem como alimentação, higienização e locomoção.

De acordo com a Portaria Conjunta nº 28, de 16 de setembro de 2016, são atribuições do monitor escolar no Distrito Federal: Receber e entregar os estudantes aos pais ou responsável até 30 (trinta) minutos antes e 30 (trinta) minutos após o horário das aulas; auxiliar o professor na organização da sala e dos materiais pedagógicos; auxiliar o professor quanto à observação e registro do comportamento dos estudantes sob o seu monitoramento, quando for o caso; participar, quando

necessário, das reuniões com famílias ou responsáveis; orientar e acompanhar os estudantes nos horários das refeições; comunicar, sempre que observado, à equipe escolar a ocorrência de situações de risco para os estudantes ou qualquer acontecimento diferente da rotina diária; realizar os procedimentos necessários à higiene dos estudantes, tais como: uso do sanitário, higiene oral, banho e troca de fraldas, limpeza da sialorréia, colocação de peças de vestuário e outros; auxiliar o professor regente no cuidado com os estudantes; verificar os objetos pessoais dos estudantes sob seu monitoramento, a fim de que não sejam trocados ou esquecidos; organizar mochila/sacola dos estudantes, acondicionando as roupas usadas em sacos plásticos; acompanhar e supervisionar os estudantes na hora do intervalo, sono e descanso; auxiliar o professor nas atividades lúdicas tais como: contar histórias, distribuir massinhas de modelar ou brinquedos, cantar músicas, desenhar e outros; acompanhar os estudantes no parque, no pátio, em atividades de psicomotricidade/educação física, nas atividades complementares e intercomplementares e em eventuais passeios; acompanhar os estudantes da educação especial nas atividades de vida diária, autônoma e social no contexto escolar e nas atividades extraclasse, na realização das atividades motoras e ludo-recreativas; realizar, sob orientação do professor, controle de postura do estudante como: apoiá-lo no sentar-se na cadeira de rodas, na carteira ou colchonete; conduzir o estudante que faz uso de cadeira de rodas aos diferentes espaços físicos nas atividades do contexto escolar extraclasse; transpor o estudante da cadeira de rodas para sanitário, carteira escolar, colchonete, brinquedos no parque e outros espaços e acompanhar o estudante no passeio dirigido; atuar como mediador instrumental do estudante na realização das atividades para aquisição de condutas adaptativas em sala de aula e extraclasse, orientado pelo professor; auxiliar o professor no controle comportamental: acompanhar o estudante com alteração no comportamento adaptativo a outros espaços e atividades pedagógicas, sob o acompanhamento e orientação do professor e da equipe escolar; auxiliar o professor regente na elaboração e apresentação de relatórios periódicos; executar outras atividades de mesma natureza e nível de complexidade e responsabilidade.

#### **10.4 Papel do Coordenador Pedagógico na unidade escolar.**

O coordenador pedagógico desempenha um papel essencial no ambiente escolar, atuando como um elo entre os professores, a direção e os alunos. Sua

principal função é promover o aprimoramento das práticas pedagógicas, garantindo a qualidade do ensino e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Uma das responsabilidades do coordenador pedagógico é o planejamento e a coordenação das atividades educacionais. Ele colabora na definição dos objetivos e metas da escola, auxiliando na elaboração do projeto político-pedagógico e garantindo sua implementação efetiva. Além disso, ele supervisiona o currículo escolar, assegurando que este esteja alinhado com as diretrizes educacionais e que atenda às necessidades dos alunos.

O coordenador pedagógico também é responsável por apoiar e orientar os professores em sua prática docente. Ele oferece suporte pedagógico, promovendo a troca de experiências e conhecimentos entre os educadores. Por meio de reuniões, formações e acompanhamento individual, ele auxilia os professores na elaboração de planos de aula, na seleção de recursos didáticos e na aplicação de estratégias de ensino adequadas às diferentes realidades e necessidades dos alunos.

Além disso, o coordenador pedagógico desempenha um papel fundamental na avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Ele colabora na elaboração de instrumentos de avaliação, na análise dos resultados e na reflexão sobre os aspectos que precisam ser aprimorados. Com base nessas avaliações, ele propõe ações de intervenção e melhoria, buscando garantir o sucesso educacional dos alunos.

Outra atribuição importante do coordenador pedagógico é o acompanhamento e suporte aos alunos. Ele atua como um mediador entre os estudantes e os demais membros da comunidade escolar, auxiliando na resolução de conflitos, no desenvolvimento de habilidades socioemocionais e na promoção de um ambiente saudável e acolhedor. O coordenador pedagógico também pode orientar os alunos em questões relacionadas à escolha profissional e ao projeto de vida.

Além disso, o coordenador pedagógico desempenha um papel estratégico na gestão escolar. Ele participa de reuniões com a equipe diretiva, contribuindo com sua visão pedagógica e com propostas de melhoria. Ele também estabelece parcerias com a comunidade local, buscando recursos e oportunidades que enriqueçam o ambiente escolar e ampliem as experiências dos alunos.

Em suma, o papel do coordenador pedagógico na escola é de extrema importância. Por meio de sua atuação, ele promove o aprimoramento das práticas

pedagógicas, a formação continuada dos professores, a qualidade do ensino e o desenvolvimento integral dos alunos. Sua presença e apoio contribuem para o fortalecimento do ambiente escolar, garantindo uma educação de qualidade e o sucesso educacional dos estudantes.

### 10.5 Recomposição das aprendizagens

A proposta de recomposição das aprendizagens visa identificar as dificuldades de cada aluno, de maneira a complementar o aprendizado, com base em estratégias bem estruturadas.

São realizadas avaliações diagnósticas no início do ano letivo e no início e fim de cada bimestre, bem como avaliações externas. Também são realizados testes da Psicogênese da Língua Escrita em todos os bimestres, a fim de compreender as possíveis dificuldades dos alunos.

Com base nos resultados obtidos, são realizados reagrupamentos intraclasse e extraclasse, de acordo com as dificuldades encontradas. Nestes encontros, cada atividade realizada com o aluno é direcionada à fragilidade encontrada, com o objetivo de recompor as aprendizagens dos alunos.

Os reagrupamentos são realizados bimestralmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Além dos reagrupamentos, também são utilizados projetos interventivos e intervenções individuais com cada aluno, feita diretamente pelo professor no decorrer da aula. Também é ofertado ao aluno, o reforço no turno contrário ao da aula, ministrado pelo professor regente da turma.

### Quadro 03 – Identificação das Turmas

IDENTIFICAÇÃO DAS TURMAS - 2022							
MATUTINO				VESPERTINO			
1º ANO							
TURMA	NOMEN C.	PROFESSOR (A)	ALUNOS	TURMA	NOMEN C.	PROFESSOR (A)	ALUNOS
A	II	LUCIANA	17	D	II	CLESIO	16
B	II	ADILIA	16	E	II	MARCILEIDE	17
C	CC	SANDRA	30	F	CC	ANDREIA	30
TOTAL DE ALUNOS			63	TOTAL DE ALUNOS			63
2º ANO							
TURMA	NOMEN C.	PROFESSOR (A)	ALUNOS	TURMA	NOMEN C.	PROFESSOR (A)	ALUNOS



A	II	JULIANA	15		D	II	CLECIA	17
B	II	ELIONAI	16		E	CC	ARILMA	30
C	CCI	EUNICE	22					
<b>TOTAL DE ALUNOS</b>					<b>TOTAL DE ALUNOS</b>			
				<b>3º ANO</b>				
<b>TURMA</b>	<b>NOMEN C.</b>	<b>PROFESSOR (A)</b>	<b>ALUNOS</b>		<b>TURMA</b>	<b>NOMEN C.</b>	<b>PROFESSOR (A)</b>	<b>ALUNOS</b>
A	II	FABIANE	15		E	II	JOSÉ LUIZ	16
B	II	NEIFRA	21		F	II	VANESSA DIAS	16
C	CCI	DENISE	21		G	II	LUCINETE	18
D	CCI	ÂNGELA	30		H	CC	KARLA	32
<b>TOTAL DE ALUNOS</b>					<b>TOTAL DE ALUNOS</b>			
				<b>4º ANO</b>				
<b>TURMA</b>	<b>NOMEN C.</b>	<b>PROFESSOR (A)</b>	<b>ALUNOS</b>		<b>TURMA</b>	<b>NOMEN C.</b>	<b>PROFESSOR (A)</b>	<b>ALUNOS</b>
A	CCI	BRENDA	26		D	II	RENATO	15
B	CCI	EDIVANIA	25		E	II	PRISCILLA	15
C	CC	SIMONE	35		F	CCI	THAMY	26
			86		G	CC	DIVALDO	32
<b>TOTAL DE ALUNOS</b>					<b>TOTAL DE ALUNOS</b>			
				<b>5º ANO</b>				
<b>TURMA</b>	<b>NOMEN C.</b>	<b>PROFESSOR (A)</b>	<b>ALUNOS</b>		<b>TURMA</b>	<b>NOMEN C.</b>	<b>PROFESSOR (A)</b>	<b>ALUNOS</b>
A	CCI	MARIZETE	27		F	II	ALINE	17
B	CCI	ANDRESSA	28		G	CCI	ALANNA	22
C	CCI	VANESSA	30		H	CCI	ANILMA	22
<b>TOTAL DE ALUNOS</b>					<b>TOTAL DE ALUNOS</b>			
				<b>CLASSE ESPECIAL</b>				
<b>TURMA</b>	<b>NOMEN C.</b>	<b>PROFESSOR (A)</b>	<b>ALUNOS</b>		<b>TURMA</b>	<b>NOMEN C.</b>	<b>PROFESSOR (A)</b>	<b>ALUNOS</b>
A	CE	DAIANE	02		A	CE	JANE	02
<b>TOTAL DE ALUNOS MATUTINO: 376</b>					<b>TOTAL DE ALUNOS VESPERTINO: 343</b>			
<b>TOTAL GERAL DE ALUNOS: 719</b>								

### 10.5.1 Recursos Humanos

#### Quadro 04 – Recursos Humanos da EC 01

<b>CARREIRA MAGISTÉRIO E ESPECIALISTAS</b>	<b>CARREIRA ASSISTÊNCIA</b>
34 professores regentes; 03 professores em restrição e 03 professores readaptados em apoio à coordenação e a direção; 03 coordenadores pedagógicos; 01 Vice-Diretora; 01 Diretor; 01 Supervisora; 01 Pedagogo EEAA; 01 Orientador Educacional;	01 Chefe se Secretaria 01 Apoio; 01 servidora readaptada no apoio à direção; 02 Monitores 30 horas.
	<b>TERCERIZADOS</b>
	04 vigilantes (02 noturno e 02 diurno). 03 merendeiras. 08 agentes de limpeza.

Em uma acepção mais ampla, a educação acontece em todos os campos da escola, e é protagonizada por todos aqueles que, intencionalmente, transformam sua rotina de trabalho em ação educativa. Sob essa ótica, são considerados profissionais da educação todos os servidores envolvidos direta ou indiretamente nos processos educativos e de gestão da escola, independentemente de suas frentes de atuação. Os profissionais da educação são sujeitos fundamentais da ação educativa e, por isso, devem assumir o compromisso com a formação integral do estudante.

As relações estabelecidas entre os profissionais da educação e a comunidade, os estudantes e seus pares são determinantes para atingir os objetivos expressos no Projeto Político-Pedagógico da escola. Para tanto, é necessário repensar sempre a prática, que deve ser pautada por estudos e pela autoavaliação, compreendendo a incompletude essencial que constitui os seres humanos, percebendo-se como sujeitos transformadores, críticos, criativos e éticos.

A escola possui uma equipe de servidores com formação profissional variada, conforme a legislação específica, e adequada ao desempenho da função de cada um.

#### **10.6 Organização semanal das coordenações pedagógicas.**

As segundas e sextas-feiras as coordenações pedagógicas dos professores de 40 horas, jornada ampliada, podem ser realizadas fora do espaço da escola. Na terça-feira são realizados planejamentos das aulas da semana. Os professores de cada ano\turma se reúnem e, com o auxílio do coordenador e vice-direção planejam as ações e atividades pedagógicas, além de estudos de interesse coletivo de professores, no campo da formação continuada. Os temas estudados são escolhidos a partir das necessidades apontadas pelos docentes.

#### **10.7 Organização da rotina pedagógica:**

O portão será aberto 10 minutos antes do horário de entrada para organização das crianças no pátio (Momento de Acolhida) – (7:30 matutino e 13:00 vespertino). A tolerância para atrasos é de 15 minutos em casos excepcionais.

O portão será aberto 15 minutos antes do horário de saída para que os

responsáveis peguem os alunos em sala de aula.

Dispensa de alunos antes do horário de saída: somente mediante autorização da direção, desde que o responsável se identifique e justifique.

### **10.8 Deveres e direitos de professores e alunos**

Conforme preconiza o Regimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal, cabem aos alunos e professores:

Art. 302. São direitos dos professores, além dos conferidos pela legislação específica vigente:

I - receber tratamento condigno com a função de professor;

II - ter assegurada sua integridade física, mental, emocional e moral;

III - dispor de condições adequadas ao desenvolvimento da ação educativa;

IV - ter autonomia didático-pedagógica de ensino, observados os documentos norteadores da SEEDF; V - participar de eventos pedagógicos que promovam a sua formação;

VI - utilizar o período de Coordenação Pedagógica para fins de formação continuada, planejamento e avaliação da organização do trabalho pedagógico e outras atividades condizentes com a Carreira do Magistério Público. – exercer o poder disciplinar com autonomia decisória sobre o contexto disciplinar no ambiente de sala de aula, nos limites estabelecidos nesse regimento; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.) – promover a interação e interagir com os estudantes por intermédio de redes sociais, exclusivamente, no contexto de ensino e aprendizagem, respeitados os limites éticos. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

Art. 303. Além das obrigações expressas na legislação, constituem deveres do professor:

I - participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico - PPP e do Plano de Ação Anual da unidade escolar;

II - promover a igualdade entre todos os estudantes, considerando a diversidade, sem distinção de raça/etnia, de territorialidade, gênero, sexualidade, convicção política, filosófica ou religiosa, e condições sociais físicas, intelectuais, sensoriais e comportamentais;

III - executar as tarefas pedagógicas de registro da vida escolar do estudante, em instrumentos próprios definidos pela SEEDF, relativo ao período em que esteve como regente definitivo ou substituto na turma;

IV - cumprir os prazos fixados para entrega de documentos solicitados

V - cumprir as horas e os dias letivos estabelecidos no Calendário Escolar;

VI - participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e à formação continuada;

VII - realizar a adequação curricular do estudante, quando necessário;

VIII - zelar pela aprendizagem dos estudantes, estabelecendo estratégias e intervenções pedagógicas, tais como: projetos interventivos, reagrupamentos, entre outros, quando necessário;

IX - assegurar tempos e espaços de reposição dos conteúdos curriculares ao longo do ano letivo aos estudantes com frequência insuficiente;

X - elaborar planejamento de suas aulas e desenvolvê-lo em consonância com o Currículo da Educação Básica;

XI - avaliar os estudantes, de acordo com os critérios estabelecidos nas Diretrizes de Avaliação Educacional desta SEEDF;

XII - ofertar a recuperação processual, contínua e final, desenvolvendo projeto interventivo com o estudante, e demais ações pedagógicas necessárias, utilizando-se, inclusive, da carga horária residual;

XIII - entregar à Secretaria Escolar da unidade escolar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o encerramento do bimestre/semestre e do ano letivo, os resultados e registros da vida escolar dos estudantes;

XIV - registrar diariamente a frequência do estudante, bem como as demais

informações exigidas no Diário de Classe;

XV - comparecer pontual e assiduamente às atividades escolares; XVI - articular ações junto ao Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, à Orientação Educacional, à Coordenação e Supervisão para o atendimento ao estudante com dificuldades de aprendizagem;

XVII - articular ações junto ao Atendimento Educacional Especializado/ Sala de Recursos, Coordenação e Supervisão para o atendimento ao estudante com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação;

XVIII - atuar como professor representante de turma, quando escolhido pelos estudantes; XIX - participar do Conselho de Classe e, quando eleito, do Conselho Escolar;

XX - participar das atividades de articulação da unidade escolar com a família e com a comunidade;

XXI - desenvolver ações, programas e projetos que visem à melhoria qualitativa e contínua do processo educacional, implementados pela SEEDF;

XXII - participar do processo de escolha dos títulos do Livro Didático;

XXIII - orientar os estudantes quanto à correta utilização e conservação dos livros, bem como sua devolução ao final de cada ano letivo;

XXIV - estabelecer interfaces pedagógicas com a Biblioteca Escolar/Sala de Leitura;

XXV - zelar pelo patrimônio, pela limpeza e pela conservação do ambiente escolar, das instalações, dos equipamentos e dos materiais existentes na unidade escolar;

XXVI - cumprir e fazer cumprir os dispositivos deste Regimento.

XXVII – agir de modo imparcial no trato pedagógico e disciplinar com cada estudante sob sua supervisão; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XXVIII – manter a disciplina em sala de aula; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XXIX – mediar eventuais conflitos existentes com estudantes e entre estudantes; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.) XXX – adotar práticas conciliatórias no contexto de ensino; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XXXI – primar pelo acolhimento educacional e pedagógico, considerando a situação individual de cada estudante; (Incluído pela Portaria 180 de 30 111 Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.29 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XXXII – informar ao estudante a forma de avaliação adotada pelo professor. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XXXIII – conhecer as normas educacionais vigentes. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

Art. 304. É vedado ao professor:

I - envolver o nome da unidade escolar em manifestações estranhas às suas finalidades educativas;

II - ferir a suscetibilidade dos estudantes no que diz respeito às convicções políticas, religiosas, etnia, condição intelectual, social, assim como no emprego de apelidos e/ou qualificações pejorativas;

III - fazer apologia à política partidária no interior da unidade escolar;

IV - ocupar-se, durante a aula, de outros afazeres que não sejam atividades relativas à docência;

V - portar objeto ou substância que represente perigo para a sua saúde, segurança e integridade física ou de outrem;

VI - ausentar-se da sala de aula, antes do término da mesma, deixando-a sem a presença de um profissional que a equipe gestora indicar;

VII - fumar no interior da unidade escolar;

VIII - aplicar ao estudante sanções não previstas e em desacordo com este Regimento;

IX - utilizar aparelho celular na sala de aula, no horário de aula, ressalvados os casos de utilização estrita para fins pedagógicos

X - chegar atrasado para o início de cada aula. Parágrafo único. O não cumprimento dos deveres por parte do professor acarretará penalidades previstas na legislação vigente, garantido-lhe o direito do contraditório e da ampla defesa.

Art. 306. São direitos do estudante:

I - ter acesso ao ensino público e gratuito na unidade;

II - participar de todas as atividades, destinadas aos estudantes e desenvolvidas pela unidade escolar independente do seu desempenho/ rendimento escolar;

III - ser reconhecido e respeitado na sua dignidade como pessoa humana, considerando a diversidade, sem distinção de raça/etnia, territorialidade, gênero, sexualidade, convicção política, filosófica ou religiosa, e condições sociais, físicas, intelectuais, sensoriais e comportamentais;

IV - participar do processo de elaboração, de execução e de avaliação do Projeto Político Pedagógico - PPP;

V - conhecer o Projeto Político Pedagógico - PPP, o Currículo da Educação Básica e demais documentos norteadores vigentes nesta SEEDF;

VI - conhecer as Diretrizes de Avaliação vigente, bem como os critérios adotados pela unidade escolar e a sua operacionalização;

VII - conhecer os objetivos previstos para o Componente Curricular, bem como os critérios e procedimentos de avaliação;

VIII - conhecer o resultado de seu desempenho escolar;

IX - conhecer e participar dos processos decisórios relativos à dinâmica escolar, bem como dos critérios adotados pela equipe gestora e pelos professores na sua operacionalização;

X - ter garantida a reposição efetiva de conteúdos, dos dias letivos e das aulas;

XI - ter acesso à Orientação Educacional;

XII - ter acesso ao apoio pedagógico, por meio do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem;

XIII - ter acesso ao Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos, quando for o caso; XIV - ter acesso à assistência socioescolar;

XV - ter acesso a Sala de Leitura, laboratórios, quadras poliesportivas, auditórios, bibliotecas, bem como aos demais espaços escolares disponíveis;

XVI - participar do Conselho de Classe, na forma deste Regimento, e, quando eleito, do Conselho Escolar, conforme legislação vigente;

XVII - utilizar a Biblioteca/Sala de Leitura e outros meios auxiliares, de acordo com as normas internas;

XVIII - ter acesso ao acervo da Biblioteca/Sala de Leitura da unidade escolar;

XIX - organizar e participar de entidades estudantis e assembleias escolares.

XX - receber seus trabalhos e tarefas devidamente corrigidos e avaliados; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.) XXI – ser ouvido e se defender por escrito no caso de aplicação de medidas disciplinares; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XXII - tomar conhecimento, no ato de matrícula, das disposições deste regimento escolar e das resoluções que dispõem sobre o regime escolar, e avaliação do rendimento escolar; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XXIII - eleger um representante de turma. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

Art. 307. São deveres dos estudantes:

I - conhecer e cumprir este Regimento;

II - comprometer-se com a organização de seu tempo de estudo, com vistas as suas aprendizagens;



III - comparecer pontual e assiduamente às atividades escolares;

IV - solicitar autorização à equipe gestora, quando necessitar se ausentar das atividades escolares;

V - usar o uniforme adotado pela Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, bem como a carteira de identificação escolar;

VI - zelar pelo patrimônio, pela limpeza e pela conservação do ambiente escolar, das instalações, dos equipamentos e dos materiais existentes na unidade escolar;

VII - reconhecer e respeitar o outro na sua dignidade como pessoa humana, considerando a diversidade, sem distinção de raça/etnia, territorialidade, gênero, sexualidade, convicção política, filosófica ou religiosa, e condições sociais, físicas, intelectuais, sensoriais e comportamentais;

VIII - responsabilizar-se em caso de dano causado ao patrimônio da unidade escolar, se maior de idade, ou sua família e/ou responsável legal, quando menor;

IX - participar das atividades pedagógicas desenvolvidas pela unidade escolar, respeitados seus direitos;

X - zelar pelo acervo da Biblioteca/Sala de Leitura;

XI - zelar pelo livro didático e material recebido pelo Plano Nacional do Livro Didático - PNLD/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

XII - zelar pela correta utilização e conservação dos materiais e pela devolução dos livros didáticos reutilizáveis ao final de cada ano letivo.

§1º O comparecimento à unidade escolar sem o uniforme adotado pela Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e/ou a carteira de identificação escolar não impede o estudante de participar das atividades pedagógicas, devendo o fato ser devidamente justificado por sua família e/ou responsável legal.

§2º Quando da impossibilidade do uso do uniforme escolar, o estudante deverá trajar-se com vestimenta condizente com o ambiente escolar, de modo a permitir a realização das atividades, em especial as que envolvem a prática de atividades físicas.

§3º O estudante que chegar atrasado à unidade escolar após o início das aulas não poderá ser impedido de entrar, devendo-lhe ser assegurado o acesso às atividades escolares, e o fato ser comunicado a sua família e/ ou responsável legal. (Redação alterada pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.) XIII - tratar o diretor, o professor, os servidores e os demais membros da comunidade escolar com respeito e decoro; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XIV - comprometer-se com a organização de seu tempo de estudo, com vistas às suas aprendizagens; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XV - comparecer pontual e assiduamente às atividades escolares; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XVI- solicitar autorização à equipe gestora da unidade escolar, quando necessitar se ausentar das atividades escolares; (Incluído pela Portaria 115 Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XVII - usar obrigatoriamente o uniforme oficialmente adotado pela Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, proibida qualquer customização; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.).

XVIII – portar a carteira de identidade estudantil, de fornecimento gratuito, visando a adequada identificação e acesso na unidade escolar quando exigido e no padrão estabelecido, podendo ser eventualmente substituída pela carteira de identidade, não sendo objeto impeditivo de acesso às dependências da unidade escolar. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XIX - zelar pelo patrimônio, pela limpeza e pela conservação do ambiente escolar, das instalações, dos equipamentos e dos materiais existentes na unidade escolar; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de

31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XX - reconhecer e respeitar o outro na sua dignidade como pessoa humana, considerando a diversidade, sem distinção de raça/etnia, territorialidade, gênero, sexualidade, convicção política, filosófica ou religiosa, e condições sociais, físicas, intelectuais, sensoriais e comportamentais; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XXI - indenizar os danos a que der causa, dentro da unidade escolar, na forma da lei e deste regimento escolar; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XXII - participar das atividades pedagógicas desenvolvidas pela unidade escolar, respeitados seus direitos; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XXIII - zelar pelo acervo da Biblioteca/Sala de Leitura; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XXIV - zelar pela conservação dos livros didáticos e materiais recebidos; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XXV - observar as regras de devolução dos livros didáticos reutilizáveis ao final de cada ano letivo; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XXVI – ser solidário com o colega estudante que apresentar dificuldades físicas, de locomoção ou de aprendizagem; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XXVII – trazer justificativa, por escrito, dos pais ou responsáveis, quando necessário; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XXVIII – portar-se corretamente dentro da unidade escolar; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

§1º É vedado o ingresso do estudante na unidade escolar sem o uso do uniforme oficial, cujo descumprimento acarretará na aplicação de medida disciplinar de advertência escrita, sem impedimento de acesso às atividades escolares. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

§2º No caso de reincidência da situação prevista no parágrafo anterior, além da aplicação de nova advertência escrita, será cabível à Direção notificar a família e/ou responsável legal sobre o impedimento de acesso às atividades escolares por parte do estudante que não apresentar uniforme oficial. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

§3º O atraso injustificado do estudante para ingresso na unidade escolar acarretará advertência escrita, sem impedimento de acesso às atividades escolares. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

§4º No caso de reincidência da situação prevista no parágrafo anterior, além da aplicação de nova advertência escrita, será cabível a Direção notificar a família e/ou responsável legal sobre o impedimento de acesso às atividades escolares. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

§5º Nas situações previstas nos parágrafos anteriores, o estudante, quando menor, e caso seja impedido de acessar às atividades escolares devido a reincidência, deverá ser encaminhado a espaço de atendimento, com o intuito de receber orientação quanto ao cumprimento do regimento escolar, e aguardar o acompanhamento e a autorização da família e/ou responsável legal para sua liberação. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de 117 Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

§6º O atraso considerado justificado e acatado pela Direção assegurará o ingresso do estudante nas atividades escolares normalmente. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

§7º A unidade escolar poderá adotar critério de tolerância ao atraso justificado nos casos de comprovação de residência distante, atestado de comparecimento, alistamento, programas de aprendizagem, dificuldades de locomoção pública ou por motivo de força maior. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

§8º O atraso injustificado do estudante por 3 (três) vezes no ano letivo acarretará a aplicação de suspensão.” (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

Art. 308. É vedado ao estudante:

I - portar objeto ou substância que represente perigo para a sua saúde, segurança e integridade física ou de outrem;

II ingressar na unidade escolar portando arma de fogo, acessório, munição, artefato explosivo, simulacro e assemelhados à arma de fogo, à arma branca, ou a qualquer item ou objeto que coloque em risco a sua integridade física ou de outrem; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

III– portar, guardar ou oferecer, para consumo próprio ou de outrem, drogas ilícitas, álcool, substâncias psicoativas ou produtos capazes de causar dependência ou de alterar a capacidade psicomotora; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

IV - promover, na unidade escolar, qualquer tipo de campanha ou atividade comercial, político-partidária ou religiosa; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

V - ocupar-se, durante as aulas, com atividades não compatíveis com o processo de ensino e de aprendizagem; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

VI - utilizar aparelhos eletrônicos em sala de aula, salvo por orientação 118 Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. do professor e com o objetivo de desenvolver atividade pedagógica pertencente ao componente curricular; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de

31/5/2019, páginas 15 a 17.)

VII - participar de jogos de apostas ou de azar no ambiente escolar; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

VIII - permanecer com filhos ou com outra criança no interior da unidade escolar, salvo casos resguardados pela legislação; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

IX – estimular ou instigar a prática de violência ou de preconceito no ambiente escolar, inclusive por meio das redes sociais; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

X – estimular, promover ou realizar a prática de bullying na unidade escolar, inclusive por meio de redes sociais, seja entre os colegas ou membros da Comunidade escolar; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XI – entrar em sala de aula ou dela sair sem permissão do Professor; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XII - desrespeitar os integrantes da unidade escolar; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XIII – rasurar ou falsificar qualquer documento escolar; (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

XIV – fumar no interior da unidade escolar. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

§1º No caso de estudante surpreendido nas situações previstas nos incisos II e III deste artigo, a equipe gestora da unidade escolar deverá imediatamente comunicar à família, ao Conselho Tutelar e acionar a autoridade policial competente para as providências legais cabíveis, cabendo à Direção ainda a aplicação de medida disciplinar de suspensão ou, se for caso, de transferência, quando o convívio prejudicar a segurança ou o bem-estar da Comunidade escolar. (Incluído no Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. pela Portaria 180 de 30

de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

§2º No caso de o estudante apresentar sinais de embriaguez ou alteração da capacidade motora em decorrência do uso de substâncias entorpecentes, a equipe gestora da unidade escolar deverá imediatamente comunicar família e/ou responsável legal, ao Conselho Tutelar e aplicar medida disciplinar de suspensão, bem como, posteriormente encaminhá-lo à orientação educacional. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

§3º Todas as situações previstas nesse artigo deverão ser comunicadas imediatamente a família e/ou responsável legal pelo estudante, bem como registradas no livro de ocorrências. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

Art. 308-A. O Diretor que tomar conhecimento de fato com fundado indício de ato infracional análogo a crime decorrente de ingresso na unidade escolar de estudante nas situações previstas no inciso II do art. 308 ou com drogas ilícitas, bem como nos casos de ocorrência de infrações penais, deverá comunicar imediatamente à autoridade policial competente para que esta adote as providências cabíveis.

(Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17.)

Parágrafo único. É cabível a realização de busca ativa individual em pertences de estudante em situação de flagrante delito ou de fundado indício de crime, com o intuito de localizar objetos descritos neste artigo, desde que a equipe gestora da unidade escolar avalie os riscos e entenda pela adequação da medida, devendo solicitar auxílio da autoridade policial competente, caso não conte com apoio de serviço de vigilância ou segurança armada. (incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17)

## 10.9 Planejamento anual.

<b>PLANEJAMENTO ANUAL 2023</b>	
<b>FEVEREIRO</b>	
06	Apresentação dos professores.
06 a 10	Semana Pedagógica.
13	Início das aulas.
25	Reunião de acolhimento aos pais/Carnaval.
<b>MARÇO</b>	
07 a 11	Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos Alunos com Necessidades Especiais.
15 e 16	Avaliação Diagnóstica
21 a 25	Semana de conscientização do uso sustentável da água
<b>ABRIL</b>	
07	Paixão de Cristo
09	Páscoa
<b>MAIO</b>	
08 a 12	Semana De Educação Para A Vida – Lei Nº 11.998/2009
18	Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Lei nº 9.970/2000)
19	Aniversário Da Escola
<b>JUNHO</b>	
03	Dia Nacional da Educação Ambiental (Lei 12.633/2012)
<b>JULHO</b>	
08	Festa Junina
<b>AGOSTO</b>	
10	Dia da Formação Continuada dos Profissionais da Educação no DF (Lei Distrital nº6502/2020).
13	Dia dos Pais.
11	Dia do estudante.
17	Dia do Patrimônio Cultural (Lei 5.080/2013)



25	Dia Distrital da Educação Infantil (Lei nº 4.681/2011)
<b>SETEMBRO</b>	
08	Dia Mundial da Alfabetização
11 a 15	Semana de Prevenção Do Uso De Drogas (Lei Distrital Nº 1.433 De 21/05/1997)
19	Dia Do Patrono da Educação– Paulo Freire (Lei Federal Nº: 12.612/2012)
21	Dia Nacional De Luta Das Pessoas Com Deficiência - Lei Nº 11.133/2005
30	Dia do Secretário
<b>OUTUBRO</b>	
12	Dia das Crianças.
12	Aniversário do Gama.
15	Dia do Professor.
23 a 29	Semana Nacional Do Livro E Da Biblioteca (Decreto Nº 84.631/1980)
28	Dia do Servidor Público.
30	Dia do Merendeiro.
<b>NOVEMBRO</b>	
11	Dia de Luta Contra a Medicalização da Educação e da Sociedade (Lei Distrital nº 5.933/2017).
12	Dia Distrital Do Gestor Escolar (Lei Nº 6.179/2018).
20	Dia Nacional Da Consciência Negra – Lei 10.639/2003.
27 a 01/12	Semana Maria da Penha (Lei Distrital nº 6.325/2019).
<b>DEZEMBRO</b>	
04	Dia do Orientador Educacional (Lei nº 5564/1969)
08	Dia da Família.
24 a 31	Recesso de Natal e Ano Novo.

## 11. ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

De acordo com as Diretrizes de Avaliação da SEEDF, é importante observar os três tipos de avaliação, que são: Avaliação em Larga Escala, Avaliação

Institucional e Avaliação Formativa.

Para Luckesi, avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva” (LUCKESI, 2005, p. 35). Embasados nas concepções de avaliação para as aprendizagens e das aprendizagens, contidas no documento da Secretaria de Educação do DF, *Diretrizes de Avaliação Educacional 2014-2016*, os envolvidos no processo pedagógico do BIA e do Bloco II, da Escola Classe 01 do Gama, adotam as seguintes instrumentos de avaliação, na concepção formativa, que dialogam com estes conhecimentos preconizados legalmente.

### **11.1 Avaliação de Aprendizagem**

De acordo com as diretrizes de avaliação de 2014/2016, a base da avaliação predominante deve ser a avaliação formativa, que requer de toda equipe escolar um novo olhar para as intervenções e estratégias de avaliação. É importante um olhar reflexivo para o aprendizado do educando e sua atuação como personagem principal na formação sua acadêmica e o professor como interventor nas aprendizagens juntamente com o estudante.

Na perspectiva de avaliação educacional, prioriza-se a formação do sujeito integral, com o cuidado e atenção da IE, sendo de grande importância a avaliação diagnóstica e a auto avaliação, potencializando a formação do discente e avaliação da organização do trabalho pedagógico.

Dessa forma Escola Classe 01 do Gama, em seu processo de ensino aprendizagem, utiliza vários instrumentos e procedimentos como estratégias de avaliação, entre eles: a RAV (Registro de Avaliação). Na Educação Especial, os alunos são avaliados de acordo com os documentos norteadores das Diretrizes Pedagógicas, contemplando a observação de suas especificidades.

A centralidade da avaliação está em garantir as aprendizagens, por isso a necessidade de uma avaliação formativa. “Implica avançar enquanto se aprende e aprender à medida que se progride” p.14-2013.

Com isso a intervenção pedagógica tem papel fundamental na escola, elaborar ações pontuais, estratégias para o reagrupamento interclasse e intraclasse e integrar o projeto interventivo no coletivo da escola.

Sendo assim, a EC 01 realiza testes diagnósticos, buscando estratégias de intervenção na escrita/leitura e letramento matemático, bem como momentos de Conselho de Classe com a participação de vários segmentos da escola e todos os professores por bimestre.

Pode-se, portanto, descrever as estratégias avaliativas da seguinte forma:

- **AVALIAÇÃO BIMESTRAL** – São elaboradas conjuntamente por todos os professores regentes do Ano, englobando os dois turnos. O 1º bloco tem prova de linguagens e matemática, e o 2º bloco realizam provas das diferentes disciplinas.
- **AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA:** ocorre ao longo do ano letivo e reforça a avaliação (Informal) para aprendizagem.
- **CONSELHO DE CLASSE** – ao final de cada bimestre todos os professores do ano/série, matutino e vespertino, mais os profissionais especializados (EEAA, SAA, SOE e Sala de Recursos) e direção, se reúnem para a realização desta prática avaliativa formal, preconizada pelo Regimento Escolar. A participação de todo o grupo envolvido no processo pedagógico é necessária para que se conheça as potencialidades, e as fragilidades, com a finalidade de buscar soluções viáveis à turma ou aluno.
- **RAV** – Registro de Avaliação formal, previsto no Regimento Escolar feito bimestralmente pelo professor com o auxílio dos registros diários realizados em aula.
- **REGISTROS PESSOAIS** – prática de avaliação informal que auxilia o professor no acompanhamento das atividades já construídas, ou que estão em processo.
- **VIVÊNCIA** – estratégia avaliativa formal adotada pela SEEDF, assegurada pela LDB, que possibilita a progressão de estudantes para o ano escolar seguinte, sempre que seu progresso for evidenciado.

## **11.2 Avaliação Institucional**

Do ponto de vista institucional, a escola realizará conforme o calendário estabelecido pela Secretaria de Educação, momentos coletivos de avaliação com toda a comunidade escolar, tendo como foco o trabalho desenvolvido pela unidade educacional, com a participação de todos os segmentos escolares. Neste processo todos são avaliados e avaliadores. Assim, ao final de cada semestre letivo é feita uma avaliação institucional com vistas a buscar estratégias que possa melhorar o trabalho educacional no período semestral seguinte.

Quanto à avaliação do próprio PPP, esta acontecerá processualmente, e poderá dentro da avaliação institucional, ser feita de maneira sistemática. A reflexão constante das ações desenvolvidas com base nas orientações do projeto, devem balizar a sua validação, bem como modificações e ajustes necessários.

## **11.3 Avaliação em Larga Escala**

As avaliações externas - Prova Brasil, ANA e Avaliação Diagnóstica - acontecem na escola com o intuito de coletar dados para promover políticas públicas de interesse do Estado, e também da sociedade, descartando-se a preocupação com o ranqueamento. Além disso, a Avaliação Diagnóstica e a ANA tem por objetivo redirecionar o trabalho pedagógico por meio de avaliações que podem refletir o bom andamento das ações produzidas dentro da escola.

Em 2019 foi realizada a última avaliação externa institucional, sendo esta responsável pelo IDEB das instituições. A Escola Classe 01 possuía uma meta de 6,7 pontos para atingir, todavia os resultados demonstraram que a escola superou sua meta, atingindo 7,0 pontos em sua última avaliação.

## **12. PLANO DE AÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA**

### **12.1 Plano de Ação Gestão Escolar**

<b>Diretor:</b>	Jones Revson Santos Sales - 205000-5
<b>Vice-Diretor:</b>	Aparecida Lúcia de Carvalho - 26459-8
<b>Supervisora:</b>	Juliana Leite de Santana – 214572-3
<b>Chefe de Secretaria:</b>	Natalícia Martins de Lima - 25359-6

## APRESENTAÇÃO

Esta chapa é formada por Jones Revson Santos Sales professor há 19 anos, sendo 11 anos em regência de classe; desses atuou como professor de Sala de Recursos, professor de Centro de Ensino Especial, professor Intérprete de Libras, coordenador de Centro de Ensino, contando ainda com 02 anos de experiência na Direção do CEI-01 do Gama e 05 meses como Chefe da **UNIPLAT** (Unidade Regional De Planejamento Educacional e Tecnologia Na Educação), licenciado em Matemática-UNB e Pedagogia – UniCEUB, especializado em Psicomotricidade e, atualmente, exerce função como diretor da EC-01 há 05 anos; Aparecida Lucia Rodrigues de Carvalho professora há 27 anos e Pedagoga com Especialização em Psicopedagogia destes, 13 atuou como professora regente em sala de aula, 02 como Supervisora Pedagógica em outra IE, 04 na CRE (Núcleo Pedagógico/Assessoria no Gabinete CRE - Gama), 01 em coordenação, 01 ano como Supervisora Administrativa e há 05 anos exerce a função de Vice-diretora desta IE.

**PLANO DE AÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR****GESTÃO PEDAGÓGICA**

<b>OBJETIVOS</b>	<b>METAS</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>CRONOGRAMA</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Promover o acolhimento dos profissionais, a fim de identificar a percepção individual sobre a nova forma de ensino proposta.</li><li>• Identificar potencialidades e fragilidades no grupo, de forma a montar uma rede de apoio mútuo.</li><li>• Promover a instrução, capacitação planejamento pedagógico das ações a serem realizadas, de forma a promover ações coletivas e</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Manter contato com as famílias a fim de orientá-los sobre a forma de realização das atividades escolares.</li><li>• Disponibilizar meios efetivos de contato entre escola e família.</li><li>• Fortalecer a formação continuada dos professores através de encontros para estudo interdisciplinares;</li><li>• Aumentar a frequência dos pais/família na escola;</li><li>• Desenvolver projetos comprometidos com a educação ambiental e a</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Elaboração do planejamento anual com participação coletiva.</li><li>• Avaliação de projetos desenvolvidos no ano anterior e elaboração de novos projetos, de acordo com a realidade do cotidiano dos alunos.</li><li>• Realização de oficinas e rodas de conversa com os grupos de trabalho.</li><li>• Acompanhamento sistematizado do planejamento pedagógico nas coordenações.</li><li>• Reforma da biblioteca, possibilitando um espaço de incentivo à leitura.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Equipe Gestora.</li><li>• Professores.</li><li>• Alunos.</li><li>• Orientadora Educacional.</li><li>• Pais/responsáveis.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• As ações serão desenvolvidas ao longo do ano letivo.</li></ul>

<p>sistematizadas, de acordo com as orientações emanadas da Secretaria de Educação.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Adequar o ambiente de trabalho de equipe de forma colaborativa visando uma gestão eficaz, participativa e democrática.</li> <li>• Cumprir de forma efetiva o calendário escolar.</li> <li>• Garantir a segurança e integridade física dos alunos, professores e funcionários.</li> </ul>	<p>sustentabilidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver Projetos Pedagógicos comprometidos com a leitura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de projetos em parceria com a Orientação Escolar.</li> </ul>		
---	--	---	--	--

### GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar ações e propostas pedagógicas do Projeto Político Pedagógico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevar o índice de aprovação e reduzir os índices de reprovação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização do Conselho de Classe bimestralmente para avaliação dos níveis de aprendizagem dos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipe Gestora.</li> <li>• Professores.</li> <li>• Orientadores Educacionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações realizadas ao término de cada bimestre letivo ou quando se fizerem necessárias.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover ações que levem a construção de uma cultura de paz entre a escola e sua comunidade</li> <li>• Implementar soluções pedagógicas que articulem atividades de sala de aula e Biblioteca/Sala de Leitura;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover reuniões para planejamento e preparação de atividades;</li> <li>• Ter sempre o compromisso com a efetiva aprendizagem e a Inclusão de todos os alunos.</li> <li>• Realização de encontros periódicos e reuniões semestrais para avaliação das ações.</li> </ul>	<p>alunos e as estratégias e metodologias aplicadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de questionário para a Comunidade Escolar para avaliação das ações desenvolvidas por todos os segmentos, inclusive com autoavaliação.</li> <li>• Escuta sensível, contando como apoiado SOE, EEAA, AEE e Coordenação Pedagógica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipe Especializada de Apoio as Aprendizagens.</li> </ul>	
--	---	--	---	--

<b>GESTÃO PARTICIPATIVA</b>				
<b>OBJETIVOS</b>	<b>METAS</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>CRONOGRAMA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar a participação efetiva de toda a Comunidade Escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola.</li> <li>• Promover momentos de acolhida aos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Envolver a participação dos segmentos nas ações pedagógicas, administrativa e financeira da Unidade Escolar.</li> <li>• Buscar o engajamento das redes de apoio nos projetos desenvolvidos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Convite à Comunidade Escolar a participar de pesquisas por meio de questionário, reuniões diversas, como Dia Letivo Temático, levantando dados que subsidiam a elaboração do Projeto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipe Gestora</li> <li>• Toda comunidade escolar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Todo o ano letivo.</li> </ul>



<p>pais/responsáveis, estreitando os laços entre a escola e a família.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>	<p>durante o ano letivo.</p>	<p>Pedagógico da Unidade Escolar.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de projetos em conjunto com o SOE que contemplem momentos de acolhida às famílias, sobretudo aquelas com maior dificuldade de interação na vida escolar das crianças, optando por horários que melhor atendam a rotina familiar.</li> <li>• Incentivo aos professores quanto ao desenvolvimento da escuta sensível, sendo o aluno o protagonista do seu processo de aprendizagem.</li> </ul>		
--	------------------------------	--	--	--

<b>GESTÃO DE PESSOAS</b>				
<b>OBJETIVOS</b>	<b>METAS</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>CRONOGRAMA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalhar o desenvolvimento de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevar as condições de convivência no ambiente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover espaço de escuta;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipe Gestora.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Durante todo o ano letivo.</li> </ul>

<p>capacidades de relações interpessoais, cognitivas, emocionais, afetivas e éticas dentro do espaço escolar.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a valorização e motivação do servidor para a realização de suas atividades.</li> </ul>	<p>escolar.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporcionar aos servidores atendimento individualizado e de qualidade em tempo hábil.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporcionar momentos de interação entre os grupos;</li> <li>• Trabalhar os aspectos emocionais com os servidores;</li> <li>• Melhorar a recepção e acolhida de todos envolvidos no processo, criando assim um sentimento de pertencimento ao grupo;</li> <li>• Promover a sensibilização e a responsabilidade de todos, em desenvolver atitudes de respeito, de inclusão e de relacionamento satisfatório;</li> </ul>		
--	--	---	--	--

**GESTÃO FINANCEIRA**

<b>OBJETIVOS</b>	<b>METAS</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>CRONOGRAMA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Envolver os profissionais da Unidade Escolar, bem como os</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definir, junto aos profissionais da Unidade Escolar e dos Conselhos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento das ações financeiras, junto aos profissionais da</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão Escolar, Comunidade Escolar e parceiros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Durante o ano letivo.</li> </ul>

<p>Conselhos Escolar e Fiscal, no plano de gestão para os recursos financeiros da Unidade Escolar.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar os materiais e recursos prioritários para o funcionamento satisfatório da Unidade Escolar.</li> <li>• Manter organização de Prestação de Contas transparente e eficiente junto aos membros da Unidade Executora/ Caixa Escolar.</li> <li>• Manter um sistema de registro eficiente e eficaz nos quesitos referentes à processos financeiros.</li> <li>• Promover ações junto à Comunidade Escolar para arrecadação de verba destinada à melhoria</li> </ul>	<p>Escolar e Fiscal de acordo com as necessidades emergenciais, as prioridades para o plano de gestão para os recursos financeiros do PDAF (Programa de Descentralização Financeira); PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Definir, junto aos profissionais da Comunidade Escolar e dos Conselhos Escolar e Fiscal, períodos de implementação de ações a curto, médio e longo prazo que concerne aos aspectos financeiros.</li> </ul>	<p>Unidade de Ensino e aos Conselhos, o plano de gestão para os recursos financeiros do PDAF (Programa de Descentralização Financeira), PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola: Acessibilidade, Educação Básica e Educação Conectada).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificação das prioridades do uso dos recursos para o funcionamento satisfatório da Unidade Escolar.</li> <li>• Reuniões com a Comunidade Escolar para a transparência da Prestação de Contas, de forma eficiente, junto aos membros da Unidade Executora/ Caixa Escolar,</li> </ul>		
---	--	---	--	--

<p>da escola e pagamento da internet, uma vez que ainda não temos autorização para utilizar a verba destinada pelo MEC para esse fim.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Buscar parcerias com agentes públicos e privados (Deputados, empresários locais)</li> </ul>		<p>em consonância com as orientações da SUAG, GPDAF, GPLEI, MEC, UNIAG e da Assessoria de Contabilidade que acompanha as demandas financeiras da nossa escola.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Parcerias com agentes públicos e privados, para a destinação de verbas, em prol de melhorias na Unidade Escolar.</li> </ul>		
--	--	---	--	--

<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>				
<b>OBJETIVOS</b>	<b>METAS</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>CRONOGRAMA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revitalizar a estrutura física da escola;</li> <li>• Reformar ambientes e dependências da escola;</li> <li>• Reformular, reestruturar e reorganizar dependências da escola;</li> <li>• Incentivar a Comunidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Buscar parcerias com a comunidade e agentes públicos e privados que contribuam para a aquisição de verbas que serão destinadas à melhoria da escola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão/reforma da parte elétrica predial.</li> <li>• Reforma das janelas.</li> <li>• Pintura artística (muro e paredes).</li> <li>• Revitalização da pintura das dependências, interna e externamente;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipe Gestora e toda a Comunidade Escolar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Durante todo o ano letivo.</li> </ul>

<p>Escolar a zelar pelo patrimônio;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Solicitar verbas de emenda parlamentar para realizar as benfeitorias necessárias.</li></ul>				
---	--	--	--	--

## **12.2 Gestão Democrática**

Conforme a lei de gestão democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal foi publicada no ano de 2012, cuja finalidade é garantir a centralidade da escola no sistema e seu caráter público quanto ao financiamento, à gestão e à destinação observará os seguintes princípios:

- participação da comunidade escolar na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, e na eleição de diretor e vice-diretor da unidade escolar;
- respeito à pluralidade, à diversidade, ao caráter laico da escola pública e aos direitos humanos em todas as instâncias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- autonomia das unidades escolares, nos termos da legislação, nos aspectos pedagógicos, administrativos e de gestão financeira;
- transparência da gestão da Rede Pública de Ensino, em todos os seus níveis, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros;
- garantia de qualidade social, traduzida pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho;
- democratização das relações pedagógicas e de trabalho e criação de ambiente seguro e propício ao aprendizado e à construção do conhecimento;
- valorização do profissional da educação.

## **12.3 Aspectos Financeiros**

No âmbito da autonomia, o conhecimento específico sobre a condução das questões financeiras na escola vai além do domínio de cálculos ou operações simples de verbas. Para que haja eficiência na gestão dos recursos públicos destinados à educação. Os envolvidos, no trato deles, deverão ter a compreensão macro do financiamento da educação, os recursos como o PDDE e PDAF.

O repasse dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é feito anualmente pelo FNDE às contas bancárias das unidades executoras, sem necessidade de assinatura de convênios. Cabe às unidades executoras das escolas utilizar os recursos, de acordo com as decisões da comunidade e da Escola.

O PDAF tem por princípio a autonomia da gestão financeira das Unidades Escolares de ensino público do Distrito Federal, nos termos de seu projeto pedagógico e do plano de trabalho.

A descentralização dos recursos financeiros tem como objetivo dar suporte às ações administrativas e pedagógicas adequadas para o ano letivo em exercício.

O responsável direto pelas verbas repassadas é o Presidente da Unidade Executora, ou seja, o Diretor da Escola juntamente com a Diretoria do Conselho Fiscal e Escolar. O escritório responsável contratado é a ACTM Contabilidade.

O gasto das verbas supracitadas é definido através de atas de reunião com a presença de todos os membros que compõe o Conselho Escolar.

### 13. PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS

#### 13.1 Plano de ação da Coordenação Pedagógica.

**Coordenadores:** Janaíne Azevedo, Luana Virgílio e Wemenson Gonçalves.

META	AÇÃO	PERÍODO	RESPONSÁVEIS
Acompanhar, por intermédio do professor, o rendimento dos alunos para o replanejamento de ações de intervenção.	Coordenar o atendimento individualizado dos alunos que apresentam dificuldades. Orientação ao planejamento de atividades. Estabelecer parceria com os responsáveis, a fim de obter melhores resultados em relação ao comportamento e ao rendimento dos alunos.	Fevereiro a Dezembro	Coordenação Pedagógica, SAA, Orientação Educacional e Professores.

Identificar as necessidades e as dificuldades relativas ao desenvolvimento do processo educativo na escola.	Orientação da elaboração dos instrumentos avaliativos junto aos docentes. Análise dos registros avaliativos. Discutir os resultados das avaliações. Replanejamento de atividades para revisão de conteúdos.	Fevereiro a Dezembro	Coordenação Pedagógica e Professores.
Planejamento e articulação da formação continuada da equipe docente.	Elaborar pautas/cronogramas de formação. Selecionar materiais e recursos para a realização de encontros pedagógicos. Executar e avaliar o processo formativo desenvolvido.	Fevereiro a Dezembro	Coordenação Pedagógica e Direção Escolar.
Estimular a utilização de metodologias diversificadas que melhor atendam as diferenças individuais dos alunos.	Acompanhar a gestão de sala de aula para diagnosticar o perfil das turmas. Pesquisar materiais e recursos que permitam o estudo coletivo sobre metodologias diversificadas. Propor estudos sobre estratégias de ensino e sua aplicabilidade prática, considerando a natureza e as modalidades organizadas de conteúdo.	Fevereiro a Dezembro	Coordenação Pedagógica e Professores.
Acompanhar o desenvolvimento das ações deste PPP.	Incluir as ações propostas no planejamento pedagógico;	Fevereiro a dezembro.	Coordenação Pedagógica e Professores.



### **13.2 Plano de Ação EEAA (Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem)**

**Pedagogo(s/as) Responsável:** Katia Soares Da Costa

**Matrícula:** 448265

Eixos sugeridos:

1. Coordenação Coletiva
2. Observação do contexto escolar
3. Observação em sala de aula
4. Ações voltadas à relação família-escola
5. Formação continuada de professores
6. Reunião EEAA
7. Planejamento EEAA
8. Eventos
9. Reunião com a Gestão Escolar
10. Estudos de caso
11. Conselhos de Classe
12. Projetos e ações institucionais
13. Atendimento de acompanhamento mediado
14. Reunião com a itinerante da SAA

<b>Ações/Demandas</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Procedimentos</b>	<b>Cronograma</b>	<b>Profissionais envolvidos</b>	<b>Avaliação</b>
-Diversos estudantes encaminhados.	Observar o contexto da sala de aula; conhecer a metodologia de trabalho do professor; identificar os processos avaliativos utilizados com a turma; conhecer os motivos dos encaminhamentos.	-Combinar com a professora a intervenção; interagir com estudantes; registrar as observações.	O Ano inteiro, sempre que houver demanda.	Pedagoga EEAA; SOE; Professor(a) da turma.	A atividade ocorrerá no dia programado; a as avaliações ocorrerão ao término de cada observação, que durará cerca de 30 minutos; combinaremos de retornar em outro momento para outra observação se necessária.

<b>Ações/Demandas</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Procedimentos</b>	<b>Cronograma</b>	<b>Profissionais envolvidos</b>	<b>Avaliação</b>
Apresentação dos Serviços de Apoio à Aprendizagem. - Acolhimento aos professores --Participação nas coletivas da IE	Contribuir para a compreensão das funções específicas de cada Serviços. - Esclarecer sobre as competências atribuídas aos profissionais da EEAA/SOE/SR - Ajudar a gestão nas demandas da escola; -Orientar o corpo docente sobre o trabalho pedagógico desenvolvido na IE;	-Durante a coletiva semanal dos professores, explicação através de slides no data show.	3ª coletiva do ano dia 01/03.	Orientadora Educacional, pedagoga da EEAA.	Será entregue uma pesquisa de satisfação representada por emoldes.

<b>Ações/Demandas</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Procedimentos</b>	<b>Cronograma</b>	<b>Profissionais envolvidos</b>	<b>Avaliação</b>
Semana da Pessoa com Deficiência ; Dia da Síndrome de Down, do autismo Semana do combate ao Bullying. Abordagem envolvendo todas as turmas da Escola. - Semana de Luta da Pessoa com Deficiência	Contribuir com o respeito às diferenças. Ressaltar as singularidades dos seres humanos.	Entrar nas turmas. Apresentar aos estudantes Slides e vídeos sobre a Síndrome de Down, Dia de Conscientização do Autismo, Projeto Bullying; -Produção de murais, e atividades pedagógicas, artísticas pelos estudantes em sala de aula;  - Atividades pedagógicas	Semana de 06/03 a 09/03 no horário de aula. -Semana de 20/03 à 24/03 no horário da aula; 01/04/06/04 no horário da aula; - Semana do dia 10/04/à 14/04 - semana de 18/09/À 22/09	Orientadora Educacional, Pedagoga da EEAA	Será entregue uma pesquisa de satisfação representada por emolde aos estudantes. -Através das atividades realizadas pelos estudantes;

		relacionadas ao tema; entrevista, apresentações			
--	--	---	--	--	--

<b>Ações/Demandas</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Procedimentos</b>	<b>Cronograma</b>	<b>Profissionais envolvidos</b>	<b>Avaliação</b>
Palestra sobre Adequação Curricular Oficina sobre os Transtornos Funcionais Específicos, Alunos ANEE, com informações sobre como atender, tratar e entender tais estudantes;	Oferecer suporte ao processo de gestão escolar. Orientar quanto ao atendimento que deve ser oferecido ao estudante; Oferecer conhecimento sobre as características de cada transtorno e deficiências e como convivem no dia a dia com essas demandas	Separar os professores por bloco e turno e explicar através de exemplos a construção das adequações curriculares. Formação por meio de oficinas., de interesse e necessidade da escola;( Manejo de estudantes com TFE, TEA, Deficiências, adequação curricular e atendimento ao aluno com dificuldade na expressão oral, etc) - Atendimento com orientação individual e coletiva; Produção de apostila sobre os transtornos; Slides;	Durante todo o ano letivo nas coordenações coletivas.	Pedagoga EEAA /SOE	Construção correta de uma Adequação Curricular. No cotidiano escolar durante os atendimentos aos estudantes.

<b>Ações/Demandas</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Procedimentos</b>	<b>Cronograma</b>	<b>Profissionais envolvidos</b>	<b>Avaliação</b>
Reunião com os pais dos estudantes com laudos e encaminhados à EEAA.	Fornecer à família informações sobre as ações complementares oferecidas pela Secretaria de Educação do DF.	Convocar os pais e fazer uma reunião com disponibilidade de horário no fim de semana com base no dia letivo móvel.	A combinar com a gestão da escola.	Pedagoga e Orientadora Educacional	Avaliar a efetiva participação dos pais.

<b>Ações/Demandas</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Procedimentos</b>	<b>Cronograma</b>	<b>Profissionais envolvidos</b>	<b>Avaliação</b>
Mapeamento Institucional	Conhecer o contexto escolar por meio de mapeamento e reflexão acerca dos diversos aspectos institucionais.	<input type="checkbox"/> Análise dos documentos institucionais da Unidade Escolar: Projeto Político Pedagógico; Estratégia de Matrícula;	Durante o Ano Letivo	Pedagoga EEAA	No cotidiano escolar

		Enturmações; Turmas em vigência; Quadro de funcionários; Organização dos espaços/tempos do cotidiano escolar; Análise da Estrutura física da Unidade Escolar; Análise de cada turma pelo sistema; Análise das portarias, regimentos e normas da SEEDF;			
		<input type="checkbox"/> Levantamento de dados com secretaria: quantitativo de alunos, índices de reprovação, defasagem idade/série, novos alunos;			
		<input type="checkbox"/> Escuta pedagógica com professores, direção, coordenação, SOE, Salas de Recursos etc;			

<b>Ações/Demandas</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Procedimentos</b>	<b>Cronograma</b>	<b>Profissionais envolvidos</b>	<b>Avaliação</b>
Ação Integrada com reunião de todos os profissionais envolvidos para os Conselhos de Classes.	Promover reflexões sobre novos focos de análise para o processo de ensino e aprendizagem, enfatizando a relação bidirecional constitutiva do ensinar e do aprender como processo não dicotomizado de articulação teórica e prática. Construir juntamente com o professor, alternativas Teórico-metodológicas de ensino e de avaliação com o foco na construção de habilidades e competências dos estudantes.	Reunião com os professores em dias diferentes separados por ano. Promover juntamente com o professor, situações didático metodológicas de apoio à aprendizagem dos estudantes, incorporadas às práticas pedagógicas.	1º Bimestre: 24 a 28 de Abril 2º Bimestre: 26 a 30 de Junho 3º Bimestre: 02 a 06 de Outubro 4º Bimestre: 06 a 08 de Dezembro	Todos os professores, Serviços de Apoio à Aprendizagem (EEAA, SOE, AEE), Direção e Secretaria	Discutir aproveitamento com os professores e outros profissionais.

**Eixo: Planejamento SEAA- EEAA/SAA**

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Organização setorizada para atendimento das demandas da escola	Disponibilizar material de apoio de forma mais pontual para atendimento das diversas	Organização de grupos por sub eixos para elaboração de ações e intervenções práticas a serem	Meses de maio em diante	Pedagogos, Psicólogos Escolares e Professores da SAA.	
Planejamento interno com base nas demandas levantadas pelo Mapeamento Institucional	Atender de Forma mais Pontual e organizada por meio de ações interventivas em caráter articulado  ( EEAA e/ou SOE)	Organização interna, por meio de reuniões setorizadas  Agendamento semanal de acordo com as demandas e realidades.	Março em diante	Pedagogos, Psicólogos Escolares e orientadora	

Eixo: : Eventos					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Eventos disponibilizados pelos órgãos da educação em nível regional e distrital para formação das equipes.	Participar e aplicar as diversas temáticas abordadas nos espaços das IEs, de acordo com as suas demandas.	Participação ativa nas: - reuniões -encontros - semanas pedagógicas -vídeos conferências, etc.	Coordenações coletivas	Serviços de apoio EEAA,SOE,	

Segundo a Orientação Pedagógica – OP (2010) do SEAA, a atuação da EEAA deverá ser direcionada para o assessoramento à prática pedagógica e ao acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem em suas perspectivas preventiva, institucional e interventiva, sempre em articulação com as demais instâncias pedagógicas da instituição educacional.

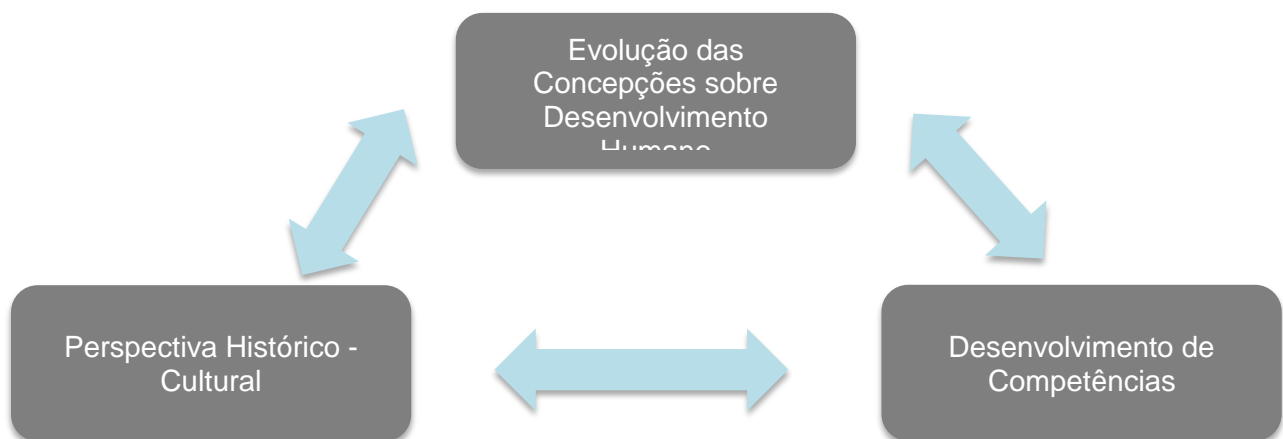
O SEAA foi regulamentado em 2008, com a Portaria nº 254 de 12/12/2008, embora a prestação desse serviço já acontecesse na rede de ensino do DF, com base nas orientações legais da LDB/1996, pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica do CNE, CNE/CEB nº 02/2001 entre outros documentos balizadores de políticas do MEC.

A atuação das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, objetiva a superação das dificuldades encontradas no processo de ensino e de aprendizagem, por meio da

consideração das múltiplas variáveis que podem interferir no desempenho acadêmico dos alunos, com e sem necessidades educacionais especiais.

As Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem constituem-se em um serviço de apoio técnico-pedagógico, de caráter multidisciplinar, composto por profissionais com formação em Psicologia e em Pedagogia. O serviço tem por objetivo a promoção da melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, por meio de ações institucionais, preventivas e interventivas, compreendidas como o desenvolvimento que facilite e incentive a construção de estratégias de ensino tão diversificadas quanto forem as possibilidades interativas de aprendizagem; promova a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos sujeitos que atuam, de forma relacional, no cotidiano da escola, e busque, com a equipe escolar, a superação dos obstáculos à apropriação do conhecimento (Marinho-Araújo e Almeida, 2005 - Orientação Pedagógica do SEEA, 2010).

A Orientação Pedagógica do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem pauta três principais fundamentos teóricos que apresentam pressupostos para subsidiar as ações acerca das reflexões do desenvolvimento humano e de suas implicações com o contexto educacional:



A necessidade de compreender melhor como o homem se desenvolve, considerando os seus diversos aspectos (cognitivo, motor, biológico, afetivo e social) apresenta-se como pressuposto do desenvolvimento humano, que é um fenômeno dinâmico e complexo de interações entre fatores biológicos, históricos e culturais ao longo do tempo e, pode-se dizer que, com a evolução das perspectivas teóricas, compreende-se o ser humano como um ser ativo, que age sobre o mundo e que, por meio das relações sociais, transforma suas ações internamente.

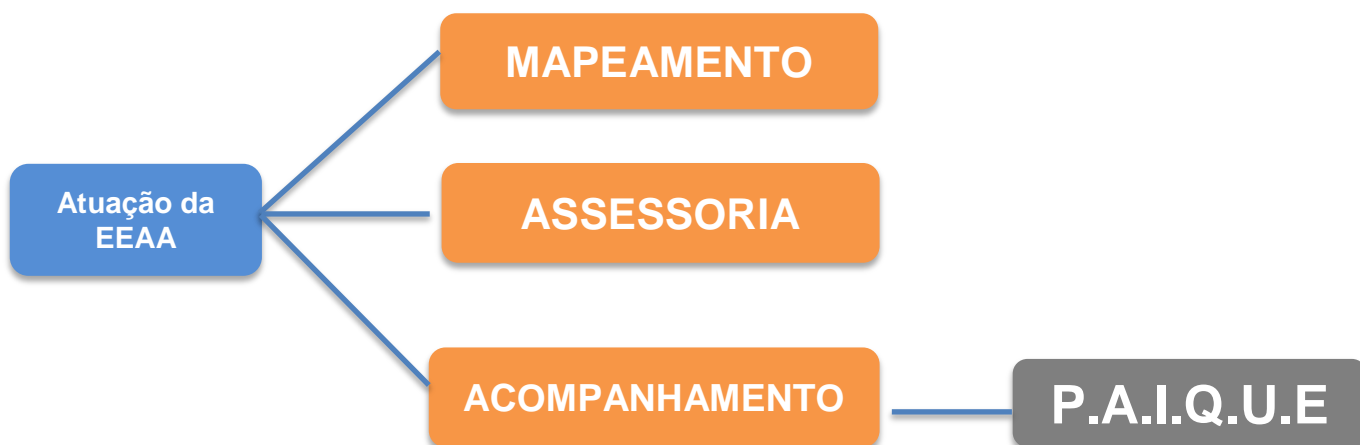
A perspectiva histórico-cultural aponta que as especificidades de cada sujeito são definidas em sua interface com o mundo, mediante experiências de aprendizagem, concluindo-se que o fato de aprender é que determina como o desenvolvimento vai se dar. Portanto, defendese que o aprendido não é o desenvolvimento, mas sim, o que permite que ele aconteça, na medida em que estimula os indivíduos a amadurecerem as suas potencialidades (Penna-Moreira, 2007; Orientação Pedagógica do SEEA, 2010).

Sob a luz da perspectiva histórico-cultural, possibilitou-se uma nova concepção acerca do homem, segundo a qual ele se desenvolve por meio de uma interação ativa, dinâmica e constante entre fatores internos e externos a ele, construindo-se histórico e subjetivamente, mediante interações com o meio, e, principalmente com outras pessoas (Barbosa, 2008; Orientação Pedagógica, 2010). Portanto, por intermédio do próprio ato de viver, o homem transforma a natureza e é por ela transformado.

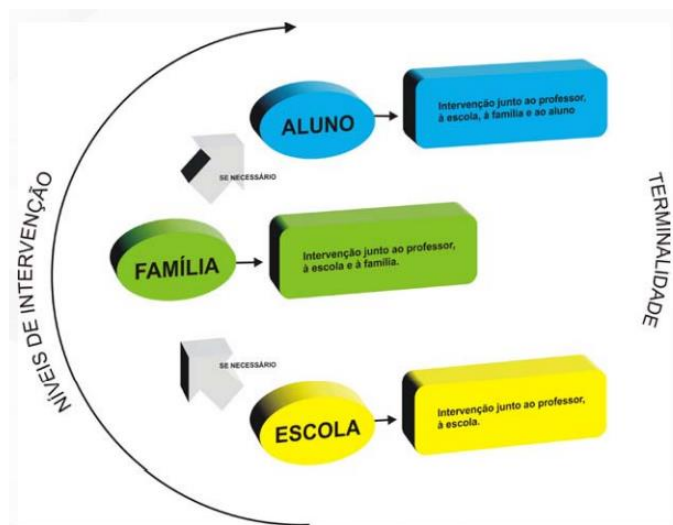
Para Perrenoud (2000), o termo competência se define como "uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles". Para o autor, as competências não são propriamente os conhecimentos, mas servem-se deles, utilizando-os, mobilizando-os, relacionando-os e ampliando-os, mediante análise de quais são as ações necessárias a determinadas situações. Portanto, o conceito de competência extrapola a memorização ou reconhecimento das técnicas e teorias específicas de cada área de saber, uma vez que o que lhe caracteriza são os "relacionamentos, interpretações, interpolações, inferências, invenções, em suma, complexas operações mentais cuja orquestração só pode construir-se ao vivo, em função tanto de seu saber e de sua perícia quanto de sua visão da situação".

Segundo Luria (1990), a estrutura da atividade cognitiva não permanece estática ao longo das diversas etapas do desenvolvimento histórico, pois as formas mais importantes de processos cognitivos, como percepção, generalização, dedução, raciocínio, imaginação e autoanálise da vida interior, variam quando as condições da vida social mudam e quando rudimentos de conhecimentos são adquiridos.

A atuação das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem pauta-se em três dimensões concomitantes e contextualizadas:



O PAIQUE (GDF, 2009) constitui-se como uma alternativa à forma tradicional de enfrentamento das queixas escolares, cuja atuação centralizava-se, de forma praticamente exclusiva, no atendimento aos alunos sem a consideração de que os professores seriam participantes importantes desse processo de intervenção.



A Portaria nº 39 de 09 de março de 2012, instituiu e normatizou a organização do atendimento aos estudantes com Transtornos Funcionais Específicos por meio da criação das Salas de Apoio à Aprendizagem - que vieram a integrar o Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem – de caráter multidisciplinar, prestado por profissionais com formação em Pedagogia ou Psicologia, direcionado para o acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, em uma perspectiva institucional e interventiva, baseando-se nas intervenções direcionadas ao estudante (Nível 03 do PAIQUE) e, sempre em articulação com os profissionais das Equipes Especializadas e da Orientação Educacional das Unidades Escolares.

As ações desenvolvidas pela Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem



devem estar norteadas, planejadas e embasadas pelos documentos oficiais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. O direcionamento institucional, preventivo e avaliativo das ações deve estar em consonância, além da Orientação Pedagógica do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, com o suporte didático-pedagógico e teórico-metodológico do(as): (a) Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal em suas respectivas modalidades; (b) Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala; (c) Regimento Escolar das Escolas Públicas do Distrito Federal; (d) Orientação Pedagógica do Serviço de Orientação Educacional; (e) Orientação Pedagógica do Ensino Especial; (f) Estratégia de Matrícula da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal; entre outros. Plano de Ação Orientação Educacional

**Pedagoga Orientadora Educacional:** Mágda Saturnino Laquiz

**Matrícula:** 243.981-6

Assim sendo, segue o planejamento da Orientação Educacional para o presente ano letivo. De acordo com a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional integra a equipe pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante. (2019, p. 30)

Tendo em vista o que está preconizado no Regimento da rede pública de ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 127. A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada à Proposta Pedagógica - PP da unidade escolar, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade. (2019, p.59)

<b>METAS</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>● Acolher e realizar escuta ativa com estudantes, familiares e toda equipe escolar;</li><li>● Colaborar com o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes e com o desenvolvimento para a autonomia nos estudos;</li><li>● Promover e participar de ações que envolvam a temática da inclusão, cultura de paz,</li></ul>

prevenção às violências, competências sócio emocionais, sexualidade, valorização da vida, hábitos de estudo e outras de acordo com a necessidade;

- Estabelecer parcerias com a Rede de Apoio Interna e Externa;
- Desenvolver ações de prevenção/intervenção ao bullying, criança não namora, ao preconceito, ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Atendimento e orientações aos estudantes, pais e equipe escolar;
- Colaborar para a implementação da mediação de conflitos como eixo norteador das ações na escola, participar das fases de transição escolar;
- Oferecer suporte, aconselhamento e apoio aos professores e equipe diretiva;
- Participar das coordenações coletivas, reuniões de pais, conselhos de classe e da comissão de elaboração do projeto político pedagógico da escola e do conselho fiscal.

Temática	Fundamentação Curricular			Estratégias Pedagógicas	Eixo de Ação
	DH	Diver	Sust		
Organização do Serviço de Orientação Educacional	X	X	X	Participação em cursos de formação, grupo de estudos, palestras e oficinas de formação na área de orientação educacional e outras afins	Junto à EAPE, CRE Gama Faculdades públicas e/ou privadas
				Participação nas Coordenações Coletivas dos Orientadores Educacionais do Gama	Junto à CRE-Gama
				Organização da sala para atendimento, das fichas e arquivamento de documentos	Junto aos Professores e Estudantes
				Mapeamento de estudantes já encaminhados, implantação da ficha de encaminhamento, levantamento dos estudantes infrequentes e com dificuldades de aprendizagem.	Junto aos Professores Junto à Equipe Gestora Ação Institucional
Cultura de Paz	X	X		Palestras informativas sobre bullying e outros tipos de violências contra crianças e adolescentes	Junto aos estudantes
				Roda de Conversa, ações de sensibilização de combate ao Bullying. através de materiais	Junto aos estudantes e professores

				informativos	
				Acolhimento através de textos, músicas e nos momentos de Coordenação Coletiva	Junto aos professores
				Atendimento e acompanhamento em Mediação de Conflitos	Junto aos Professores e Equipe Gestora
				Momento de estudo do Caderno - Orientador Convivência Escolar e Cultura de Paz - reflexões e trocas de experiências	Junto aos Professores e redes de apoio
				Realização de palestras, oficinas e mediações coletivas de acordo com a necessidade	Junto aos Estudantes
				Ações de Boa Convivência Rodas de Conversa	Junto aos Estudantes e professores
Saúde e Sexualidade e	X	X	X	Orientações sobre Sexualidade e Higiene Corporal	Junto aos Estudantes
				Ações de Prevenção ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Junto à comunidade escolar
				Participação na Caminhada Maio Laranja – 18 de Maio	Junto à comunidade escolar e redes de apoio
				Ações junto às Redes de Apoio Externa: Palestras e orientações sobre saúde e higiene pessoal. Acompanhamento do projeto PSE na escola	Junto aos estudantes e rede de apoio.
Autonomia nos Estudos	X	X	X	Participar das coordenações coletivas, Conselho e Reuniões	Junto aos professores
				Atendimentos individuais sobre organização, rotina e Autonomia para os Estudos	Junto aos estudantes
				Acompanhamento da frequência e permanência escolar	Junto aos professores, estudantes e redes de apoio Junto às famílias
				Orientações aos Professores e Pais sobre a importância dos hábitos de estudos	Junto aos professores Junto às famílias
				Mapeamento e Acompanhamento dos estudantes com dificuldade de aprendizagem	Junto aos estudantes, professores e famílias
				Encaminhamentos e Acompanhamento de	Junto a Rede Social e Rede Pública de Saúde

				estudantes a Rede de Saúde	
Inclusão das Diversidades	X	X	X	Palestras e diálogos sobre as temáticas: Diversidade de gêneros; Povos Indígenas; Comunidades Nômades; Estrangeiros; Aspectos referentes à Intolerância política, religiosa e racial; Regionalismo e outros	Junto aos estudantes
Prevenção e enfrentamento ao uso indevido de drogas	X	X	X	Parcerias com órgãos de segurança do DF (PMDF – PROERD) Polícia Civil (Museu), CBMDF (Palestras projeto Bombeiro Mirim);  Visitas a museus ...	Junto aos estudantes
Transição Escolar	X	X	X	Acolhimento Orientação e acompanhamento quanto à adaptação da rotina	Junto aos estudantes e famílias
				Parceria junto ao orientador educacional da escola sequencial	Junto aos estudantes do 5º Ano Junto ao SOE do CEF 11.
				Implantação do Projeto Transição e Visitas presenciais à escola sequenciais	Junto aos estudantes, professores dos 5º Anos SOE
Integração Escola/Família	X	X	X	Atendimentos individualizados e em grupo para orientações, sensibilizações e encaminhamentos	Junto às famílias
				Apresentação da Orientação Educacional para a comunidade escolar	Junto aos professores e famílias.
				Participação no Planejamento e execução das Reuniões bimestrais	Junto aos professores e famílias
				Ações com parceiros da Rede de Proteção Social através de palestras e reuniões com as famílias	Junto a Rede de Apoio e às famílias
Desenvolvimento de Competências Socioemocionais	X	X		Apresentação e fortalecimento da Orientação Educacional	Junto a toda a comunidade escolar
				Sensibilizações e orientações sobre Escuta Empática e	Junto aos estudantes,

				Sensível e Saúde Mental Participação de ações de Valorização da Vida	famílias  Junto aos Professores e direção
				Acolhimento individuais de situações de conflitos emocionais	Junto aos estudantes, famílias e professores
				Encaminhamentos à rede de saúde (terapias, avaliação psicológica e atendimentos na área de saúde mental)	Junto à Rede social
				Sensibilizações e elaboração de oficinas e atividades sobre a Semana da Inclusão, Maio Laranja e Setembro Amarelo, Outubro Rosa	Junto aos Professores, estudantes, famílias e rede de apoio.
Ensino e Aprendiza gem	X	X	X	Contribuir com as coordenações coletivas através de momentos de estudo, palestras e sensibilizações sobre temas solicitados e/ou gerados pela demanda	Junto aos professores e rede de apoio
				Participar das Coordenações Coletivas e Conselhos de Classe	Juto aos professores e Direção
				Orientar individual e coletivamente	Junto aos estudantes e famílias
				Mapeamento de estudantes já encaminhados  Entrega de fichas para novos encaminhamentos  Levantamento dos estudantes infrequentes	Junto aos Professores
				Encaminhamentos a Rede de Saúde e de Apoio	Junto à Rede de Apoio e Rede Pública de Saúde
				Participação nos estudos de casos dos estudantes com transtornos e deficiências	Junto ao Professores e junto às famílias
				Elaboração de relatórios e encaminhamentos às Equipes de Saúde e Redes de Apoio	Junto aos Professores, pais e rede externa

**Instrumento de Avaliação e Indicadores de Resultados**

- Observação da realidade escolar
- Observação das demandas encaminhadas a Orientação Educacional

- Relatório Semestral da Orientação Educacional
- Devolutiva dos Professores nas coletivas e individuais
- Reconhecimento e feedback acerca do trabalho da Orientação Educacional através: Diálogos, Conversas, Registros Redes Sociais (WhatsApp/Instagram), Reunião de Pais, Direção e outros.

### 13.3 Plano de ação dos Servidores Readaptados

PLANO DE AÇÃO DOS SERVIDORES READAPTADOS				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PUBLICO	CRONOGRAMA
Atender as demandas pedagógicas da instituição.	Acompanhar o processo pedagógico, oferecendo subsídio sempre que necessário.	Coordenação pedagógica, professores e equipe gestora.	Todos os alunos da instituição.	Será executado durante todo o ano letivo.
Suporte à equipe gestora.	Acompanhar as demandas da gestão escolar, prestando auxílio necessário.	Equipe gestora.	Toda a equipe escolar.	Será executado durante todo o ano letivo.

### 13.3 Plano de ação da sala de leitura.

PLANO DE AÇÃO DA SALA DE LEITURA				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PUBLICO	CRONOGRAMA
Ampliar o conhecimento dos recursos e das potencialidades da Biblioteca Escolar;	Divulgar, junto aos alunos, o acervo disponível na sala de leitura da instituição, bem como coordenar visitas semanais das turmas à sala de leitura.	Equipe da sala de leitura, professores e coordenação pedagógica.	Todos os alunos.	A ação será realizada durante todo o ano letivo.
Promover a autonomia de consulta.	Instruir os alunos quanto ao correto manuseio do acervo.	Equipe da sala de leitura.	Todos os alunos.	A ação será realizada durante todo o ano letivo.

Incentivar a leitura dos alunos.	Executar o projeto de leitura da instituição.	Equipe da sala de leitura e professores.	Todos os alunos	A ação será realizada durante todo o ano letivo.
Difundir o conhecimento acerca das obras literárias.	Divulgar, em sala de aula, os livros presentes e as novas aquisições de livros da sala de leitura.	Equipe da sala de leitura.	Todos os alunos.	A ação será realizada durante todo o ano letivo.

### 13.3 Plano de ação da Sala de Recursos

Este ano a Escola Classe 01 não possui professor para a Sala de Recursos.

## 14. CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é uma das instâncias colegiadas da escola pública, que tem como função contribuir na perspectiva da gestão democrática.

A escola possui um Conselho que passou por processo de eleição em junho de 2017, sendo formada e representada pelos seguintes segmentos:

<b>Membro Nato (Diretor)</b>	JONES REVSON SANTOS SALES
<b>Vice-Presidente (Segmento Carreira Magistério)</b>	
<b>Representante Segmento Magistério (SUPLENTE)</b>	FABIANE DE JESUS VERNEQUE
<b>Representante Segmento Pais</b>	CRISTIANE SOARES DA SILVA
<b>Representante Segmento Pais (SUPLENTE)</b>	

<b>Representante Segmento Assistência</b>	MARIA LÚCIA FERREIRA DE QUEIROZ.
<b>Representante Segmento Assistência (SUPLENTE)</b>	

## **15. PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR**

### **15.1. - Projeto: Pela Vida, Sem Dengue, Chikungunya, Zika e Coronavírus.**

#### **Público alvo**

- Alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

#### **Objetivos**

- Sensibilizar aos alunos, as famílias e a comunidade para os perigos dessas doenças e a importância de sua prevenção durante todo decorrer do ano letivo.
- Sensibilizar as crianças para os cuidados com meio ambiente.

#### **Metodologia**

Utilização de recursos que despertem na criança a conscientização para os perigos da Dengue, Chikungunya, Zika e Coronavírus numa linguagem acessível, lúdica e concreta.

#### **Livro: Que Febre De Mosquito, de Maxs Portes**

- Mural com últimas Reportagens sobre as doenças
- Vídeo esclarecedor sobre o assunto.
- Cartazes informativos.
- Distribuição de cartazes.
- Palestras com a Vigilância Sanitária

#### **Sugestões:**

- Passeio pela escola para identificação dos possíveis pontos de proliferação do mosquito e cuidados a serem observados no ambiente.
- Promover palestra de orientação por um agente de saúde para os alunos e



país, com distribuição de panfletos.

- Campanha: Pela vida, sem Dengue, Chikunguya e Zika! – Exposição de trabalhos artísticos.
- Exposição de fotos destacando possíveis lugares de proliferação do mosquito.
- Campanha: Pela vida, sem Dengue! – Cartazes e panfletagem.

**Recursos:**

- Livro texto: Que febre de mosquito!
- CD e DVD
- Vídeo
- Cartazes, folhetos, cartilha.
- Jornais
- Reportagens
- Palestrante

**15.2 - Projeto Nossa Pátria, Nossa Mãe**

- Lei nº 12.031, de 21 de setembro de 2009.

**Justificativa:**

O projeto foi criado pela necessidade de um conhecimento maior sobre a nossa Pátria. Na Semana da Pátria professores e alunos, abordarão assuntos referentes aos problemas sociais, econômicos e políticos que constituem dificuldades para o crescimento global do nosso país. Outros assuntos ressaltarão as grandes realizações, os marcos da nossa história, a fim de proporcionar-lhes maior compreensão, amor e espírito de luta pelo Brasil.

Procurando que os alunos resgatem a identidade cívico-brasileira, conheçam o Hino Nacional, resgatando os valores.

**Objetivos:**

- Despertar nos alunos o amor à sua pátria.
- Valorizar e respeitar os símbolos nacionais.

- Despertar, através da reflexão, a consciência sobre os deveres e direitos dos cidadãos na preservação do patrimônio público do nosso País.
- Valorização do espaço escolar, bem como reforçar o respeito aos colegas, professores e demais funcionários.
- Cantar e interpretar o Hino Nacional;
- Conhecer e localizar os Estados, capitais e suas respectivas siglas trabalhando no mapa do Brasil.
- Conhecer as diversidades naturais e políticas do Brasil através de Bancos de Dados;
- Conhecer a realidade, político-econômica e social que vivemos, redescobrimo a cidadania e resgatando os valores éticos e morais.
- Valorizar o Brasil como nossa Pátria
- Conhecer a letra do Hino Nacional
- Conhecer e pesquisar palavras novas
- Saber comportar-se diante do pavilhão Nacional (a bandeira)
- Respeitar o momento Cívico Nacional

### **Desenvolvimento:**

#### Procedimentos:

- Todas as segundas-feiras, manhã e tarde, reunir no pátio os alunos, professores e servidores da escola para o momento cívico, seguindo o protocolo de hasteamento da bandeira.
- Criar momentos de protagonismos das crianças com apresentações no contexto vigente: datas comemorativas e temáticas.
- Trabalhar o Hino Nacional, em sala - Ilustração e significado das palavras desconhecidas;
- Interpretação do Hino Nacional em sala de aula;

- Trabalhar os símbolos da pátria – (pesquisa, desenho, produção de texto, acróstico, poesia).
- Trabalhar o mapa do Brasil - Estados, capitais e suas respectivas siglas;
- Trabalhar as diversidades das regiões do Brasil com dados de: população, área, hidrografia, relevo, vegetação e clima;
- Reflexões sobre a Cidadania - a importância do voto – eleições Direitos e deveres dos cidadãos.
- Confecção de murais, a escola será ornamentada com trabalhos dos alunos;

### **Atividades complementares**

- Produção de Texto com os temas sugeridos:
- Brasil sempre Brasil;
- A pátria se constrói;
- Paródias sobre a Pátria;
- Coro falado;
- Poesias;
- Danças;
- Interpretação de músicas sobre o Brasil;
- Interpretação de textos;
- Palavras cruzadas;
- Caça-palavras;
- Charge;
- Vídeos de documentários sobre o Brasil

### **Sugestões para debates:**

- O que é ser patriota hoje no Brasil?
- Cidadania - como colocá-la em prática?
- Como vive a maioria dos brasileiros?

- A importância do voto.
- O cenário político atual.

**Culminância:**

- Hora Cívica
- Apresentação de paródias sobre a Pátria
- Danças, jogral e outros.
- Livros, revistas, notícias de jornais

Obs.: Os professores escolherão dentre as sugestões dadas, trabalhos que melhor adaptem ao ano e turma.

**Período de execução:**

- Durante todo o ano letivo.

**15.3 - Projeto Biblioteca****Objetivo**

Oportunizar ao aluno o acesso ao acervo da sala de leitura, ampliando o seu universo literário, proporcionando a ele momentos de lazer extraclasse e desenvolvendo o gosto pela leitura.

**Desenvolvimento**

Será construído um caderno de produções com sugestões de atividades diversas sobre os livros escolhidos na biblioteca.

**Atividades sugeridas:**

- Reconto;
- Ilustração;
- História em quadrinhos;

No mês de outubro será realizada a escolha do melhor trabalho da turma. Esta será feita pelo professor, com base nas atividades desenvolvidas em sala, onde serão observados o entrosamento, o interesse, o capricho e a organização de cada aluno.

Mensalmente será realizada a contação de histórias, dentro da temática do planejamento.

### **Premiação**

O aluno vencedor de cada turma será premiado com um livro.

## **15.4 - Projeto Horta**

### **Local de intervenção**

Escola Classe 01 do Gama

### **Publico alvo**

- Estudantes do 4º e 5º nos e classes Especiais, porem pode ser aplicado a toda a comunidade escolar.

### **Objetivos**

- Ajudar os estudantes a desenvolverem outras habilidades, como sociabilização, cuidado e reconhecimento do solo.
- Incentivar o docente a pesquisar e outras formas didáticas de trabalhar com alimentação saudável.
- Apresentar a alimentação e cultivo de temperos e plantas medicinais.
- Mostrar as boas práticas na preparação dos alimentos;
- Auxiliar na melhoria do controle emocional dos estudantes que possuem alguma dificuldade na aprendizagem ou outras especificidades.

### **Justificativa**

É necessária a apresentação de novas estratégias, segundo as diretrizes de avaliação da educação do Distrito Federal, que mostram estratégias de uma avaliação formativa, dessa forma é necessário que o estudante alcance uma

formação cidadã... Buscar parceria junto a Emater - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, para o desenvolvimento escolar de consciência ecológica e sustentável. Observar o manuseio de alimentos e plantas medicinais que auxiliam na manutenção da saúde dos estudantes e comunidade escolar. Segundo o currículo em movimento da educação básica no que se refere à educação da ciência da natureza:

“A temática ambiental aponta para diversos ambientes em que os seres vivos estão inseridos, para as relações mútuas entre ambiente e sociedade e promove a reflexão sobre a interação do homem com a natureza. Tem como finalidade demonstrar a responsabilidade humana quanto ao bem-estar comum e quanto ao uso adequado dos recursos naturais para minimizar problemas ambientais, sociais e econômicos.” (Currículo em movimento da educação básica anos iniciais, p.114)

Acredita-se que dessa forma o projeto ira atender os eixos transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN's. O mesmo citado possibilita a integração de outras habilidades com os saberes acadêmicos. Bem como o diferencial nas adaptações de currículo para os estudantes de classe especial.

## **Desenvolvimento**

A temática será apresentada aos docentes por meio de informativos da EMATER-DF, apresentação de filmes, como “A horta de seu Ari, Chico Bento em: Lá na roça é bem diferente.

Sugestão de praticas de reutilização de materiais, como o coador de café de “TNT” para plantar mudas de algumas hortaliças. Uso do lixo orgânico para adubar os canteiros, observando o processo do plantio e cultura das hortaliças e plantas medicinais. Para 3º, 4º, 5º anos é muito importante falar da composição do solo, preparação e manuseio

A cada semana os alunos das turmas envolvidas com o projeto, terão cerca de trinta minutos duas vezes por semana, de acordo com a combinação do grupo e escala, irão molhar, separar materiais, tirar matos, assim desenvolvendo habilidades na horta junto com os responsáveis...

## **Materiais**

Materiais impressos, vídeo aulas, rastelo, regadores, substrato, sementes;

## **Duração**

Ano letivo.

## **Avaliação**

Será mensal, podendo atender outros grupos, segundo a avaliação dos docentes e direção.

## **15.5 - Feira Literária**

### **Justificativa**

A leitura é a chave para o conhecimento, desenvolvê-la e motivá-la deve ser a razão de ser da escola. Um leitor competente será capaz de compreender o mundo em que vive, trabalhar e atuar como um cidadão mais consciente de seus direitos e deveres e principalmente participar da construção de uma sociedade mais humana e igualitária, pois estará mais apto a avaliar os seus interlocutores, estabelecer o que deseja e atingir os seus objetivos. Desta forma, a Escola Classe 01 do Gama desenvolve anualmente sua Feira Literária.

### **Objetivo**

Ampliar o acesso dos alunos à cultura literária, oportunizando a participação nos espaços e atividades disponibilizados durante o ano letivo, incentivando a leitura e a produção de diferentes gêneros textuais.

### **Desenvolvimento**

A Feira Literária se apresenta como resultado de uma construção dos projetos de leitura desenvolvidos por todas as turmas. Tais projetos são desenvolvidos no decorrer do ano letivo e sua culminância ocorre no mês de novembro, onde é realizada a Feira Literária.

No decorrer do processo os alunos tem a oportunidade de conhecer diversos autores, realizar leituras, recontos e interpretações de suas obras, de acordo com sua faixa etária.

## **16 - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Para acompanhar o PPP, cuja característica principal é marcada por uma construção processual e que requer constante acompanhamento, avaliação, reflexão dentre outros, faz-se necessário uma periódica averiguação do cumprimento do que foi planejado. Dessa forma faz-se necessário nossas setorizadas com cada grupo das series atendidas na IE e a coordenação pedagógica coletiva que ocorre preferencialmente às quartas-feiras em horário de contrário da regência segundo cada grupo da equipe escolar. Com os nossos debates e discussões faz-se a avaliação de forma mais democrática para que todos participem.

A avaliação da implementação do Projeto Político-Pedagógico se dará no decorrer de todo ano letivo, onde serão realizadas periodicamente reuniões individuais com cada grupo (equipe gestora, coordenação pedagógica, orientação educacional, monitores, educadores sociais voluntários, professores, vigilantes, agentes de conservação) bem como reuniões coletivas com todo o grupo escolar, de forma a acompanhar a implementação desta proposta, e realizar intervenções, caso sejam necessárias

Também será realizada escuta ativa da comunidade escolar, em especial dos pais, a fim de identificar as possíveis demandas e adequar a realidade escolar de acordo com a necessidade das famílias.

Todos os atendimentos terão seus registros em livro próprio, e serão avaliados de maneira a balizar a aplicação diária deste PPP, servindo como norteador para eventuais adequações.



## 17 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, LEI 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Estabelece as Diretrizes e Bases para a educação nacional, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 1996.

BRASIL, LEI Nº 4.751, de 07 de fevereiro de 2012, Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal, DF. 1996

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: Diversidade e inclusão, 2013

DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO, caderno 1 – CURRÍCULO EM MOVIMENTO. Distrito Federal (Brasil). Secretaria de Estado de Educação. Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede pública de Ensino do Distrito Federal, 5ª Ed. – Brasília, 2009. 90p.

DURKHEIM, Émile. (1965). Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos.  
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, LDBEN, nº 9.394, 1996

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, Eliene Cleuse Sousa de. **A Avaliação no contexto de um Projeto político- Pedagógico de uma escola: concepção, finalidades e abrangências.** Brasília-DF: UnB, Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2002.

PARSONS, T. (1959). Os Processos de socialização e as escolas paralelas. Harvard Educational Review, v. 28/9, n. 4, p. 297-316.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos, 1956 – **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para**

**aelaboração e realização**, 23<sup>a</sup> ed. – São Paulo: Libertad Editora, 2012. – (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 1)